



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA

RAJÚ RODRIGUES LOURENÇO

SUPERVISOR: SÉRGIO CHICHAVA

**A Cobertura jornalística do engajamento brasileiro na
agricultura moçambicana: o caso do ProSavana nos jornais
“Notícias” e “O País” (2012 – 2013)**

MAPUTO

2014

A cobertura jornalística do engajamento brasileiro na agricultura moçambicana: o caso do ProSavana nos jornais “Notícias” e “O País” (2012 – 2013)

Trabalho de Fim de Curso apresentado em observância aos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Júri

Presidente -----

Supervisor-----

Oponente-----

Maputo, Março de 2014

A cobertura jornalística do engajamento brasileiro na agricultura moçambicana: o caso do ProSavana nos jornais “Notícias” e “O País” (2012 – 2013)

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados de uma análise de conteúdo temática efectuada à dois jornais diários de Moçambique. “Notícias” e “O País” durante a implementação do ProSavana (2012-2013)¹ em Moçambique no “Corredor de Nacala”. O propósito foi o de compreender, de uma maneira geral como estes *media* fazem a cobertura noticiosa do ProSavana e do mesmo modo, analisar os temas tratados pelos jornais à luz da importância e do significado que este programa tem para Moçambique. A análise temática das notícias de dois anos específicos nomeadamente 2012 e 2013 revela que o ProSavana teve uma cobertura fraca e inconsistente por parte daqueles dois jornais. Verificou-se igualmente que estes dois órgãos de informação procuraram tratar de forma equilibrada a informação sobre a implementação do ProSavana em Moçambique.

Palavras-chave: *Media*, ProSavana, Brasil, Agricultura, Moçambique.

¹ Refira-se que o ProSavana é um programa ainda em execução, pelo que o período acima não pode ser entendido como tempo de início e término, mas sim o escolhido para o presente estudo.

Declaração de Honra

Declaro por minha honra que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado na sua essência em uma outra ocasião para obtenção de qualquer grau académico e que constitui o resultado da investigação pessoal, estando citadas no texto e na referência bibliográfica as fontes utilizadas na elaboração do mesmo.

O Licenciando

Rajú Rodrigues Lourenço

Maputo, Março de 2014

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais Zeca Lourenço e Alzira Rodrigues que, em vida sempre sonharam ter um filho “Doutor” como habitualmente chamavam alguém que tivesse concluído o grau de licenciatura, que “*Allah*” os proteja.

Agradecimentos

Primeiro agradeço “*Allah*” pela saúde, força e energia que me concedeu durante a formação. Elementos sem os quais essa monografia não seria possível.

Agradeço aos meus pais Zeca Lourenço e Alzira Rodrigues pela moral, pelo respeito e pela responsabilidade que em vida dedicaram a mim. Pais, onde quer que estejam, meu muito Obrigado.

Agradeço a minha irmã, Alande Rodrigues Lourenço que em vida significou para mim uma segunda mãe. Mana Alande, meu grandioso reconhecimento. Agradeço a Lio Rodrigues, irmão que me fez sonhar e partiu sem antes realizarmos os sonhos. Os meus agradecimentos vão também para mana Brigida, Ruthe, Ninoca, e Mulata, irmãos que sempre estiveram ao meu lado. Manos, obrigado. Agradeço a família em geral, pessoas que sempre depositaram em mim uma forte confiança. Agradeço ao Professor Doutor Sérgio Chichava, meu supervisor pela orientação, por acreditar e apostar em mim, pelas oportunidades e pela confiança que sempre teve para comigo. Agradeço igualmente ao Crescêncio Pereira pelo acompanhamento que sempre me emprestou. Os meus agradecimentos são também extensivos aos professores do Departamento de Ciência Política e Administração Pública da UEM, aos colegas de turma de Licenciatura em Ciência Política de 2010, aos meus colegas de quarto e a todos aqueles que estiveram comigo nesta caminhada. Obrigado!

Lista de Abreviaturas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
BM	Banco Mundial
CSIMIA	Câmara Sectorial de Máquinas e Implementos Agrícolas
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EMOSE	Empresa Moçambicana de Seguros
FARA	Forum for Africa-Brasil Research in Africa
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IIAM	Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique
IFAD	International Fund For Agricultural Development
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
JÁ	Justiça Ambiental
LDH	Liga dos Direitos Humanos
ORAM	Associação Rural para Ajuda Mutua
PROSAVANA	Programa de Desenvolvimentos das Savanas Tropicais de Moçambique
PRODECER	Programa de Desenvolvimento do Cerrado Brasileiro
PETROMOC	Petróleos de Moçambique
RTK	Rádio Televisão Klint
SOICO	Sociedade Independente de Comunicação
USAID	Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional

Índice de Tabelas e Gráficos

Tabela 1.	Encontros e acordos que antecederam o acordo triangular (ProSavana).....	15
Tabela 2.	<i>Corpus</i> de Análise.....	39
Tabela 3.	Definição das Unidades Temáticas.....	39
Gráfico 1.	A frequência das notícias publicadas pelos jornais “Notícias” e “O País” em 2012.....	43
Gráfico 2.	A frequência das notícias publicadas pelos jornais “Notícias” e “O País” em 2013.....	44
Gráfico 3.	Análise temática comparativa no jornal “Notícia” entre 2012 e 2013.....	48
Gráfico 4.	Análise temática comparativa no jornal “O País” entre 2012 e 2013.....	54
Gráfico 5.	Variação temática em 2012 e 2013.....	61

Índice

I	Introdução	1
1.1	Justificativa.....	2
1.2	Problemática	3
1.3	Objectivos:.....	4
1.4	Hipótese	4
1.5	Delimitação do estudo e dificuldades do trabalho.....	4
	Capítulo II: Relação Brasil/África em perspectiva histórica.....	7
1	Brasil em África.....	7
1.1	Cooperação Sul-Sul?	7
1.2	O Brasil na Agricultura Africana.....	8
2	O Brasil em Moçambique.....	10
2.1	O Brasil na agricultura Moçambicana	11
3	O ProSavana	12
3.1	Visões e narrativas em volta do ProSavana.....	12
3.2	O ProSavana visto de dentro	13
3.3	O ProSavana visto de fora	14
	Capítulo III: teorias sobre a produção noticiosa: <i>porque as notícias são como são?</i>... 18	18
1	Porque as notícias são como são?.....	18
2	Os valores-notícia	21
2.1	Critérios de Selecção dos Valores-notícia	22
2.2	Os valores-notícia de selecção – os critérios substantivos	22
2.3	Os valores-notícia de selecção – os critérios contextuais.....	23
2.4	Os valores-notícia de construção.....	24
2.5	ProSavana e os valores-notícia	25
	Capítulo IV: Os <i>media</i> no contexto Moçambicano: o caso dos jornais	

“Notícias” e “O País”	27
1 Nascimento do jornal “ <i>Noticias</i> ”	27
1.1 A imprensa Moçambicana no período pós 1975	27
2. A imprensa Moçambicana no período pós 1990	29
2.1 Nascimento do jornal “ <i>O País</i> ”	30
Capítulo V: técnica de análise de conteúdo aplicada à imprensa	32
1. Análise de conteúdo.....	32
1.1. Conceito.....	32
1.2 Tipos de análise de conteúdo.....	33
1.3 Vantagens e desvantagens do método de análise de conteúdo.....	35
1.4 Regras de análise	36
1.5 O procedimento da análise	37
1.6 Objecto de análise.....	37
1.7 Descrição do <i>Corpus</i> de análise	38
1.8 Limites do <i>Corpus</i>	38
1.9 O <i>corpus</i> de análise	39
Capítulo VI: análise e apresentação dos resultados da análise de conteúdo	42
1. Frequência das notícias sobre o ProSavana ao longo do tempo: com que regularidade os Jornais “Notícias” e “O País” trataram a informação sobre o agronegócio?	42
2. Identificação, frequência das temáticas ao longo do tempo	47
2.1 Análise temática comparativa do jornal “ <i>Noticias</i> ” entre 2012 e 2013	47
2.2 Análise temática comparativa do jornal “ <i>O País</i> ” entre 2012 e 2013	54
2.3 Variação temática em 2012 e 2013.....	60
VII Conclusões	62
Referências	64
Anexos	69

I Introdução

Os meios de comunicação social desempenham um papel bastante importante dentro de uma sociedade. Para além do dever de informar o público sobre as diversas temáticas que marcam a actualidade, os *media* conseguem estruturar as mentes e influenciar os cidadãos na maneira de ver e interpretar determinados acontecimentos (Derville, 2005). Em democracias consolidadas a comunicação social pode não dizer necessariamente ao público como deve pensar mas diz quais os acontecimentos da actualidade sobre os quais é importante ter opinião (Dos Santos, 2001). Porém o processo de produção das notícias, isto é, a transformação da matéria-prima (os acontecimentos) em produto (as notícias) não depende unicamente da importância e do significado que estes têm para determinada sociedade, região ou país, depende igualmente das características (valores-notícia) do acontecimento e da linha editorial da empresa que produz as notícias (Correia, 1997; Wolf; 2006; Traquina, 2007). Por esta razão nota-se a existência de acontecimentos considerados importantes e significativos para determinada sociedade, região ou país que não lhes são dados a devida cobertura pela imprensa local.

O presente trabalho procura analisar a cobertura jornalística do engajamento brasileiro na agricultura moçambicana, através de uma análise de conteúdo temática efectuada a dois jornais moçambicanos “*Notícias*” e “*O País*” durante a implementação do ProSavana em Moçambique entre 2012 e 2013. Os aspectos metodológicos estão divididos em dois momentos. O primeiro momento consiste na revisão da literatura sobre o problema de pesquisa e, o segundo momento consiste na análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é descrita pela literatura como uma técnica que permite efectuar análises qualitativas e quantitativas viáveis e racionais sobre o conteúdo das comunicações. Conforme Bardin (1977), podem ser apontados quatro pontos importantes para se efectuar uma análise de conteúdo designadamente: i) a organização da análise, que corresponde a escolha do documento a analisar (todas as secções que contem matéria sobre o ProSavana), a formulação das hipóteses e dos objectivos e elaboração dos fundamentos para a interpretação; ii) a codificação que visa extrair as unidades de registo que podem ser as palavras, as frases, os parágrafos, os temas, os artigos etc. (escolheu-se para este estudo os temas encontrados nos artigos como um todo); iii) a categorização que é a classificação das unidades de registo com o mesmo significado; iv) a inferência que é a etapa da interpretação dos temas observados nos artigos.

O trabalho está dividido em quatro partes principais. Na segunda parte, o título “Relações Brasil/África em perspectiva histórica” apresenta uma discussão teórica sobre a presença do Brasil no continente africano, o Brasil na agricultura moçambicana e a questão do ProSavana (Capítulo II). No Capítulo III, apresenta-se as teorias sobre produção noticiosa com destaque para a perspectiva dos valores-notícia como forma de compreender os requisitos necessários para que um acontecimento mereça a atenção da imprensa. No capítulo IV, apresenta-se de forma breve o debate sobre os *media* no contexto moçambicano com o objectivo de identificar os contextos em que surgem os jornais em análise para compreender porque que as notícias sobre o ProSavana por eles transmitidas são como são. Na terceira parte, título o “enquadramento metodológico” apresenta os aspectos metodológicos referentes a análise de conteúdo, nomeadamente as técnicas e os procedimentos da análise, a forma como se escolheu o *corpus* do trabalho e a definição das unidades temáticas, o Capítulo V. Por último, na quarta parte, caminha-se para o ponto principal do estudo. Aqui, analisa-se, interpreta-se e apresenta-se os resultados da análise dos temas dos jornais “*Notícias*” e “*O País*” (Capítulo VI) e a conclusão (Capítulo VII).

1.1 Justificativa

A capacidade que os *media* têm de informar o público sobre os principais acontecimentos que marcam a actualidade e a função de policiamento da sociedade, com particular atenção ao Governo, em que os desvios, o crime e o desrespeito pelos direitos humanos mobilizam a sua atenção, contribui para a edificação de uma sociedade cada vez mais justa, livre e transparente nos processos de governação. Porém, o processo de produção das notícias não depende unicamente da importância e do interesse de um determinado acontecimento. Este depende igualmente dos valores-notícia que o acontecimento reúne. Em Moçambique pode-se observar a existência de acontecimentos importantes e de interesse público que não recebem a devida cobertura pela imprensa local. Dai que, analisar as diferenças na cobertura e tratamento noticioso do ProSavana constitui um assunto crucial.

Tomamos como justificação a ausência de um estudo sistemático sobre “os *media* e o ProSavana” (a maneira como os *media* moçambicanos fazem a cobertura noticiosa do ProSavana) para desenvolver esta pesquisa como forma de contribuir com mais um debate no campo dos *media*. Usamos os jornais “*Notícias*” e “*O País*” como objecto de estudo. Para além do dever de transmitir informação, a escolha destes jornais deveu-se ao facto de

o primeiro ser considerado como público ligado ao estado e o governo e o segundo ser “privado”, o que permite compreender melhor as diferenças na cobertura noticiosa do ProSavana, bem como estabelecer uma comparação em termos de direcção positiva ou negativa em relação ao tratamento da informação sobre o programa. Escolheu-se o intervalo de tempo 2012-2013 pelo facto de ser neste período em que foram publicadas mais notícias sobre o assunto e, o nível de contestações levantadas (em relação a implementação do projecto) pelos camponeses, organizações da sociedade civil, académicos assim como pelos *media* ter sido elevado.

1.2 Problemática

As empresas jornalísticas encaram com muita preocupação a missão de trazer para o público os acontecimentos que marcam a actualidade e sobre os quais é preciso ter opinião (Dos Santos, 2001; Derville, 2005). Porém, nem todos os acontecimentos importantes para uma determinada sociedade, região ou país acabam tendo um tratamento noticioso devido (Correia, 1997, Wolf, 2006, Traquina, 2007). Na verdade, para que um acontecimento mereça o valor de notícia depende não só da importância e do significado para tal sociedade, região ou país. Depende igualmente de elementos e características (valores-notícia) que nele contém e da linha editorial que produz as notícias (Traquina, 2007). Por esta razão verifica-se em determinadas sociedades, a existência de acontecimentos que são para o governo e para as populações de extrema importância mas, permanecem durante muito tempo sem tratamento noticioso relevante (Correia, 1997, Wolf, 2006, Traquina, 2007).

Em Moçambique existe uma vasta lista de acontecimentos que são apontados pelo governo e pelas populações como bastante importantes que acabam tendo um tratamento fraco e inconsistente na imprensa local. Se nós repararmos bem nos jornais, as informações sobre o engajamento brasileiro no sector da agricultura moçambicana no período entre 2012 e 2013, vemos que existe primeiro, uma cobertura fraca e inconsistente segundo, existe uma assimetria na maneira como a informação é transmitida ao público. A informação encontrada nos jornais considerados “públicos”² é bastante diferente da informação

² Ainda que o seu estatuto jurídico indique ser de propriedade privada, os maiores accionistas do jornal “Notícia” são três grandes empresas do Estado a EMOSE (Empresa de Seguros do Estado), O Banco de

encontrada nos jornais “privados”. Assim, a maneira como os *media* reportam a informação sobre o engajamento brasileiro na agricultura moçambicana justificam a inclinação de cada um a favor ou não da implementação do ProSavana.

Desde já, trata-se de interrogar se os jornais “*Notícias*” e “*O País*” deram uma cobertura atenciosa, relevante e consistente ao ProSavana e ver se os temas por eles abordados no período entre 2012 e 2013 são favoráveis ou não a implementação do programa em Moçambique.

1.3 Objectivos:

- **Geral** - Compreender como os jornais moçambicanos trataram a informação sobre o engajamento brasileiro na agricultura moçambicana.
- **Específicos** - Analisar de forma comparada a cobertura noticiosa dada ao ProSavana através da análise temática das edições publicadas nos jornais “*Notícias*” e “*O País*” entre 2012 e 2013, b) verificar a inclinação positiva ou negativa dos jornais em relação a implementação do ProSavana em Moçambique

1.4 Hipótese

Por ser um jornal pro-governamental, o jornal “*Notícias*” cobriu somente os aspectos positivos sobre o ProSavana contrariamente ao jornal “*O País*”.

1.5 Delimitação do estudo e dificuldades do trabalho

O trabalho toma como base os diários “*Notícias*” e “*O País*” qualificados como público e privado respectivamente para analisar a cobertura noticiosa do ProSavana entre Janeiro de 2012 e Dezembro de 2013.

A primeira dificuldade deste trabalho consistiu em achar o material de análise. Quer dizer, foi difícil encontrar no arquivo histórico de Moçambique informação relacionada com a

Moçambique, A PETROMOC (Empresa moçambicana de distribuição de derivados de petróleo) pelo que, para este estudo, considera-se um órgão “público” (Lima, 2000; Chichava e Pholmann, 2010).

implementação do ProSavana entre 2012 e 2013. A segunda dificuldade prende-se com a excessiva burocracia que as empresas jornalísticas colocam para ter acesso aos arquivos³. A terceira dificuldade tem a ver com a desordem dos arquivos dos jornais moçambicanos, por exemplo o jornal “*O País*” não conserva jornais físicos no seu arquivo e nem sempre põe a disposição as notícias em versão electrónica. É preciso realçar que o “*Notícias*” apesar de demasiado burocrático dispõe de um arquivo organizado e abre espaço para consulta pública.

³ O pedido para a realização da consulta levou cerca de dois meses de espera no jornal “*Notícias*” e mais de três meses para ter uma resposta no jornal “*O País*”. Para além disso, foi difícil ter acesso aos jornais impressos no jornal “*O País*” o que nos levou a recorrer a outros locais como a internet, bibliotecas etc.

Segunda parte:

O Brasil na agricultura moçambicana, o programa ProSavana, teorias sobre a produção noticiosa e os media no contexto moçambicana

Capítulo II: Relação Brasil/África em perspectiva histórica

Este capítulo retrata de forma breve as relações históricas entre Brasil/África no geral e, as relações Brasil/Moçambique de forma particular. A preocupação é apresentar as dinâmicas de cooperação que se estabelecem entre o Brasil e Moçambique, bem como ilustrar as principais áreas de cooperação entre os dois países. Ao longo do mesmo, mostra-se que nos últimos anos, Moçambique tornou-se no maior receptor do investimento brasileiro destinado para África e, a agricultura tornou-se no sector mais importante da cooperação técnica entre Brasil e Moçambique. (Amonar, 2013; Dúran e Chichava, 2013, Chichava *et al.*, 2013). Na última parte do capítulo apresenta-se a discussão sobre o ProSavana.

1 Brasil em África

A presença brasileira no continente africano não constitui um fenómeno recente. As relações entre o Brasil e o continente africano remontam o período colonial, época em que o objectivo principal era o tráfico de escravos. A literatura sobre as relações históricas Brasil/África afirma que durante muito tempo as relações entre este país e o continente africano caracterizaram-se por uma mútua ignorância. Por um lado estava o ressentimento dos países africanos em estabelecer relações de cooperação com o Brasil pelo facto de este ter prestado favoritismo a Portugal durante o período colonial. Por outro lado estava o fraco interesse do Brasil em investir em países do continente africano que na sua maioria não lhe oferecia ambiente e oportunidades de negócio (Cau, 2011).

Entretanto, o início do século XXI é marcado por um novo paradigma nas relações Brasil/África. Já não se trata de importar a força de trabalho escrava nem de instrumento de Portugal na colonização de África. Mas sim da emergência de novos países na arena económica internacional, fenómeno descrito como Cooperação Sul-Sul (Amonar, 2013; Cabral *et al.*, 2013).

1.1 Cooperação Sul-Sul?

A corrida do Brasil para o continente africano é sustentada pelo discurso de cooperação Sul-Sul. Diferentemente da cooperação Norte/Sul esta baseia-se no espírito de

solidariedade, caracterizado por ausência de condicionalismos, não interferência nos assuntos internos dos países receptores da ajuda, vantagens mútuas ou benefícios partilhados (Chichava *et al.*, 2013; Scoones *et al.*, 2013; Dúran e Chichava, 2013).

A presença do Brasil no continente africano pode ser compreendida também no quadro da expansão económica das chamadas economias “emergentes” com destaque para o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), um grupo de países que nos últimos anos experimentou ritmo acelerado de crescimento económico, e por via disso tem estado a ganhar proeminência no sistema económico internacional (Chichava, 2011). Alias, Segundo Chichava (2011), uma das grandes mutações que o sistema internacional experimentou no período pós-guerra fria foi o extraordinário crescimento das relações entre o BRICS e os países do continente africano.

Porém, a literatura descreve este fenómeno de cooperação Sul-Sul como *uma forma de acumulação de capital causada pela liberalização económica global e, reflete na íntegra a estratégia das economias emergentes para a aquisição de novos mercados para a agricultura tecnológica, formas de entrada, busca de serviços e novas fontes de aquisição de matéria-prima*, no âmbito da qual a agricultura tem sido o sector mais destacado (Amanor, 2013).

1.2 O Brasil na Agricultura Africana

Nos últimos anos, o Brasil experimentou sucessivos avanços no sector agrícola e ganhou reconhecimento internacional no desenvolvimento de agro-negócios e de agricultura comercial bem como a agricultura familiar (Chichava *et al.*, 2013). Através da transformação do Cerrado⁴ numa área altamente produtiva, o Brasil tornou-se num dos celeiros do mundo, um dos maiores exportadores mundiais de variedades de semente de cereais (com destaque para a soja), e “a sua agricultura familiar produz cerca de 70% da alimentação consumida internamente” (Mutatações, 2013; Dúran e Chichava, 2013: 325). Estes elementos são usados para legitimar a actuação do Brasil na agricultura africana.

⁴ Uma vasta área que comporta a savana tropical com mais de 200 mil hectares de terra localizado na região central do Brasil (Cabral *et al.*, 2013).

Luís Inácio Lula da Silva, antigo presidente do Brasil (2003 a 2010) considerado pelos seus feitos como o presidente que mais atenção deu a África⁵, destacou a agricultura como um dos sectores mais importantes na cooperação entre o Brasil e a África (Chichava, 2011, Mutatações, 2013). Para Lula da Silva, o Brasil tem dívida histórica com o continente africano causada durante o período colonial através do tráfico de escravos (Chichava, 2011; Chichava *et al.*, 2013; Scoones, 2013). Por esta razão, “este país tem de ajudar a África a desenvolver e uma das áreas-chave na qual o Brasil deve ajudar a África é a agricultura” (Chichava, 2011: 375).

Assim, a literatura sobre a presença brasileira no continente africano descreve uma serie de iniciativas deste país visando o sector agrícola africano, dentre as quais podem ser destacadas: a feira “Brasil Agri-Solution” o “Diálogo Brasil-África sobre o a Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural” Chichava (2011), o programa “Mais Alimentos África” que na verdade pretende transportar para a África um programa implementado no Brasil com vista a aumentar a produtividade dos pequenos agricultores promovendo crédito para a aquisição de equipamento, maquinaria e assistência técnica (Amonar, 2013).

Não obstante, a cooperação com a África ser liderada pelas instituições do governo, como é o caso do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério de Desenvolvimento e Segurança Social (MDS) e a Secretaria-geral da Presidência da República conforme Chichava, para promover a sua cooperação no sector agrícola, o governo brasileiro apoia-se essencialmente na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma instituição pública ligada ao Ministério de Agricultura do Brasil (Chichava, 2011).

Vista como a face do Brasil na cooperação agrícola, a Embrapa tem levado a cabo um conjunto de actividades que se traduzem no seu interesse em promover a tecnologia e os agronegócios brasileiros em África. Segundo Chichava (2011), “sob o impulso da Embrapa, que contou com o apoio da International Fund For Agricultural Development (IFAD), do Banco Mundial (BM) e do Forum for Africa-Brasil Research in Africa (FARA), foi criada em Maio de 2010, a Plataforma África-Brasil de Inovação Tecnológica

⁵ O número de viagens para África (25 a 8 países), o dobro do número de embaixadas em África, o embevecimento de uma Universidade no Brasil (Unilab) para estudantes africanos especialmente os falantes da língua portuguesa (CPLP) entre outras iniciativas refletem o interesse e a preocupação que Lula da Silva deu ao continente africano, como nenhum outro presidente brasileiro o tinha feito (Chichava, 2011)

(Africa-Brasil Agricultural Innovation Marketplace)” (pp. 377), conforme Chichava, a Embrapa também ratificou em 2010 um acordo com a Câmara Sectorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA) para a criação de um portal denominado *Agrishow Pró-África* cujo objectivo é promover a tecnologia agropecuária brasileira, a venda de Máquinas e equipamentos agrícolas aos africanos (Portal do agro-negócio, 2010 citado por Chichava, 2011).

De 2003 a 2010 cerca de 26% dos países do continente africano estabeleceram cooperação com o Brasil na área da agricultura Cabral *et al.*, (2013), dentre os quais, os falantes da língua portuguesa consagraram-se privilegiados e, Moçambique foi apontado como o maior beneficiário de cooperação técnica brasileira em África (Chichava *et al.*, 2013).

2 O Brasil em Moçambique

Como descrevemos acima, as relações entre o Brasil e o continente africano foram durante muito tempo caracterizadas por um espírito de ignorância mútua e receio entre ambos. Segundo Dúran e Chichava (2013), estes dois países passaram da ignorância mútua desde a Independência de Moçambique (1975) para a criação de uma parceria estratégica no início do século XXI. O comércio cresceu de maneira considerável e os números atingiram a casa dos 146 milhões de dólares em 2012 como descreve (Macauhan, 2013 citado por Dúran e Chichava, 2013).

Conforme se observa na literatura, importantes grupos económicos brasileiros estão actualmente a operar em Moçambique com destaque para a companhia mineradora Vale do Rio Doce que se encontra a explorar carvão na mina de Moatize na província de Teate, e empresas de construção como a Odebrecht, a Camargo Correa e Andrade Guterrez (Dúran e Chichava, 2013).

Para Dúran e Chichava (2013), os programas de cooperação como a fábrica Fiocruz destinada a produção de medicamentos antirretrovirais e o programa ProSavana desenhado para desenvolver o potencial agrícola do Corredor de Nacala são sinais da importância de Moçambique para a estratégia internacional do Brasil para o século XXI.

No caso particular da agricultura, o Brasil comprometeu-se multi e bilateralmente a ajudar Moçambique a alcançar a revolução verde através de “intercâmbio de conhecimentos e

experiência” (ABC, 2010 citado por Dúran e Chichava, 2013), com efeito “Moçambique é apontado como o mais importante beneficiário da cooperação brasileira com uma lista de 9 projectos em execução e 15 projectos em negociação, onde a agricultura é o sector mais privilegiado com 6 projectos em curso⁶” (ABC, 2009 citado por Dúran e Chichava, 2013: 320).

2.1 O Brasil na agricultura Moçambicana

A experiência em matéria de agricultura tropical e o sucesso alcançado pelo Brasil sobretudo na superação de alguns desafios como é caso da segurança alimentar, é apontada pela literatura como elemento usado pelo Brasil para reforçar as relações com Moçambique e ganhar reconhecimento no cenário internacional (Chichava *et al.*, 2013). Um outro elemento usado para legitimar a presença brasileira na agricultura moçambicana é a ideia de que existe semelhanças de solos e climas entre estes dois países, valendo por este motivo, transferir para Moçambique tecnologias e outras políticas de sucesso experimentadas pelo Brasil (Dúran e Chichava, 2013). Neste sentido, Moçambique acolhe vários programas brasileiros no sector da agricultura sendo os mais importantes aqueles que resultaram de um acordo triangular.

Estudos feitos por Chichava, referem que de entre vários programas de carácter triangular quatro podem ser destacados: (i) Programa de Cooperação para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique designado ProSavana. Resultante da cooperação entre (Japão, Brasil e Moçambique); (ii) o fortalecimento do Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique (IIAM), que envolve (a ABC, Embrapa e a USAID); (iii) o projecto triangular entre o Brasil, a União Europeia e o governo de Moçambique destinado a promover o desenvolvimento do sector de bioenergia mais concretamente os biocombustíveis e a bioeletricidade e, (iv) o projecto entre a Embrapa, o Ministério das Relações Exteriores da França e o Ministério da Agricultura de Moçambique para a formação de técnicos moçambicanos em Agricultura de Conservação para Agricultura Familiar nas Zonas Tropicais (Chichava, 2011; 2012).

⁶ Para uma informação mais detalhada acerca dos projectos agrícolas do Brasil que estão a ser implementados em Moçambique vide ABC, 2009, 2010, 2012 e Chichava, 2011, 2012, 2013.

Porém, apesar da presença do Brasil na agricultura moçambicana ser promovida pelo governo brasileiro como a política de cooperação Sul-Sul (*baseada na solidariedade, sem interferência nas questões internas dos países receptores da ajuda, orientada para uma política de mercado, ausência de interesses comerciais, e não preocupada com lucros*) alguns estudos consideram falaciosos estes discursos e identificam rupturas entre os discursos da cooperação Sul-Sul e os procedimentos práticos (Amonar, 2013; Cabral *et al.*, 2013, Chichava *et al.*, 2013).

O exemplo perfeito da contradição entre os discursos brasileiros de cooperação e os procedimentos práticos é o ProSavana (Nogueira e Ollinaho, 2013; Dúran e Chichava, 2013).

3 O ProSavana

O ProSavana é um programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique que resultou da cooperação entre o Japão (representado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA), o Brasil (representado pela Embrapa e pela Agência Brasileira de Cooperação-ABC), e do governo Moçambicano (representado pelo Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique-IIAM), o projecto pretende desenvolver a agricultura tropical na região Norte de Moçambique no chamado “Corredor de Nacala”, numa extensão territorial de 14 milhões de hectares abrangendo cerca de 19 distritos das províncias de Nampula, Zambézia e Niassa (Embrapa, 2009; Chichava, 2011). Refira-se que a escolha do “Corredor de Nacala” deveu-se ao facto de se considerar que esta região tem características geográficas semelhantes às do Cerrado brasileiro. Depois da publicação oficial em Abril de 2011 surgem em volta deste programa, visões e narrativas divergentes.

3.1 Visões e narrativas em volta do ProSavana

Desde que se tornou público o ProSavana constituiu motivo de preocupação, criando espaços de debates que muitas vezes levaram na separação de opiniões. Por um lado estão os governos ratificadores do acordo que consideram este, um programa ambicioso, virado para a solução dos problemas relacionados com alimentação e uma oportunidade para

desenvolver a capacidade técnica agrícola através de troca de experiências (Chichava, 2011; Cabral *et al.*, 2013; Amonar, 2013). Por outro lado estão os camponeses, a sociedade civil nacional e internacional, os académicos e os *media* que consideram o ProSavana uma forma de usurpação de terra e a manifestação de neocolonialismo em Moçambique (Nogueira e Ollinaho, 2013; Dúran e Chichava, 2013, UNAC, 2013, JÁ, 2013,).

3.2 O ProSavana visto de dentro

Visto de dentro, o ProSavana é um fenómeno estruturante para o sector agrícola moçambicano. Para os governos do Brasil, do Japão e de Moçambique o, programa pretende desenvolver a capacidade técnica e institucional do sector agrícola sem com isso prejudicar a comunidade camponesa residente nas terras do “Corredor de Nacala” (Chichava, 2011). A crença na implementação deste programa deve-se ao facto de o mesmo constituir a réplica do Prodecer, um programa de desenvolvimento das savanas tropicais do Brasil o chamado Cerrado brasileiro, que resultou de um acordo bilateral entre o Brasil e o Japão num período de cerca de 30 anos e transformou o Brasil numa referência mundial em matéria de agricultura tropical (Chichava *et al.*, 2013).

Entretanto, apesar da exaltação e dos discursos optimistas proferidos em volta do ProSavana, este constitui um dos mais contestados projectos brasileiros que está a ser implementado em Moçambique. As organizações da sociedade civil com destaque para a União Nacional dos Camponeses criticam veemente a implementação do ProSavana acusando-o de desumano e que os três governos têm objectivo de tirar dos camponeses moçambicanos o que eles têm de mais importante (a terra) (UNAC, 2013), a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) critica o ProSavana comparando-o ao PRODECER que deixou consequências negativas sobretudo a expropriação de terra das comunidades, a Justiça Ambiental (JÁ), acusa o ProSavana de ser ambientalmente desumano sobretudo pelo exemplo vivido no Brasil com a implementação do Prodecer que causou enormes prejuízos ambientais e climáticos bem como a degradação dos solos, onde milhares de camponeses ficaram numa situação de insegurança alimentar e milhões de pessoas lutam pelo acesso à terra para produção de alimentos como forma de assegurar a subsistência (JÁ, 2013; ORAM, 2013).

O trecho que se segue representa um dos vários pronunciamentos dos camponeses representados pela UNAC contra a implementação do ProSavana:

“Nós camponesas e camponeses, condenamos a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSAVANA em Moçambique, caracterizado pela reduzida transparência e exclusão das organizações da Sociedade Civil em todo o processo, em particular as organizações de camponeses (UNAC, 2013).

Junto a estas organizações estiveram os movimentos sociais brasileiros como os “Sem Terra” e algumas Organizações Não Governamentais do Japão como *No Land to Grab* (Não à Usurpação da Terra) e dos outros países do mundo que temem para uma situação em que os camponeses moçambicanos poderão ficar sem terra e com graves problemas de alimentação (Dúran e Chichava, 2013). O parágrafo que se segue representa um dos vários posicionamentos das organizações da sociedade civil de vários países contra a implementação do ProSavana:

“Ver o Plano Director apenas confirma a nossa determinação em interromper o programa e apoiar os camponeses e o povo Moçambicano na sua Luta pela Soberania alimentar” (Artigo assinado por várias Organizações da Sociedade Civil, nacionais e internacionais em 2013).

3.3 O ProSavana visto de fora

Visto de fora o, ProSavana constitui exemplo perfeito da contradição entre o discurso e a prática na cooperação Sul-Sul, constitui motivo de contra-informação, impugnação e de rupturas entre os discursos oficiais do Brasil e a implementação de seus projectos no terreno. Alguns autores, contrariamente aos discursos oficiais, referem que o ProSavana é resultado de um acordo bilateral entre o Brasil e o Japão e não de um acordo triangular entre Moçambique Japão e Brasil como é propagado como se pode ver no trecho que se segue:

“É fundamental entender que o ProSavana foi originado como um empreendimento cooperativo entre o Japão e o Brasil. Isto pode ser claramente entendido ao se fazer referência ao nome original do projecto,

Programa de Parceria Brasil – Japão para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique” (Clasen, 2013: 2).

A tabela abaixo apresenta uma lista de encontros entre os dirigentes brasileiros e japoneses que levaram à cooperação no âmbito do ProSavana.

Tabela 1. Encontros e acordos que antecederam o acordo triangular (ProSavana)

Ano/Mês	Locais	Eventos e Pessoas
2000 (Março)	Tóquio	Estabelecimento do convênio-quadro Tripartite para a cooperação intergovernamental no âmbito do Programa de Parceria Japão-Brasil-JBPP
2004 (Setembro)	Brasil	Visita do Primeiro-Ministro japonês Junichiro Koizumi.
2005 (Maio)	Tóquio	Primeiro-Ministro Koizumi e o Presidente Lula da Silva acordam trabalhar juntos para uma “Reforma da ONU” e preparar o Intercâmbio Brasil Japão para o ano 2008.
2006 (Maio)	Brasil	Visita do Ministro de Agricultura do Japão, Shoichi Nakagawa.
2006 (Setembro)	Brasil	Segunda visita do Ministro Nakagawa.
2007 (Abril)	Brasil	Sadako Ogata, Presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), e o Celso Amorin, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, decidem promover JBPP.
2007 (Maio)	Brasil	Visita do Ministro da Agricultura Toshicatsu Matsuoka.
2007 (Agosto)	Brasil	O Minsitro japonês de Relações Exteriores, Taro Aso, e o Ministro Amorin confirmam a

		“revitalização da parceria estratégica”.
2008 (Ao longo do ano)	Japão/Brasil	Ano de intercâmbio Brasil-Japão/Centenário da Imigração japonesa no Brasil.
2008 (Maio)	Brasil	Visita do Ministro do Japão Masatoshi Wakabayashi.
2009 (Julho)	Cimeira de G8 em L’Aquila, Itália	O Primeiro-Ministro Aso e o Presidente do Brasil, Lula da Silva concordaram em conduzir o “Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas”.
2009, 17 de Setembro	Maputo	Assinatura do acordo do ProSavana pelo Vice-Presidente da JICA, Kenzo Oshima, pelo Director da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Marco Farani, e pelo Ministro de Agricultura de Moçambique, Soares Bonhaza Nhaca.
2009 (Setembro)	Mozambique	Pesquisa preparatória do ProSavana preparada pela JICA.
2010 (Outubro)	Brasília	10º Aniversário do Programa de Parceria Japão-Brasil, com a presença de directores dos escritórios do Brasil e Centro-América da JICA, do Embaixador japonês no Brasil, de Vice-Ministros do Brasil, do Ministro brasileiro de Relações Exteriores e do Director da ABC.

Tabela 1. Compilada pela investigadora japonesa Sayaka Fudana Classen e publicado no ano de 2013.

Os discursos de cooperação Sul-Sul sobretudo a ausência de interesses económicos não constituem a verdade, pois estão envolvidos no ProSavana, uma série de projectos com interesses económicos individuais e privados (Nogueira e Ollinaho, 2013). Além disso, os autores constataam que as decisões do ProSavana foram tomadas de cima para baixo, não havendo um processo rigoroso de auscultação e consulta aos camponeses locais bem como a outras entidades envolvidas no processo violando assim o princípio de participação e

inclusão patente nos documentos “oficiais” e discursos de seus dirigentes (Chichava *et al.*, 2013; Amonar, 2013).

Os teóricos desta matéria são unânimes quanto a discrepância entre o que o Brasil diz e o que faz na prática. Parafraseando Dúran e Chichava (2013), “o discurso dos dirigentes brasileiros no terreno permanece extremamente centrado na ideia de sucesso brasileira, assim como na reprodução da experiência de desenvolvimento do Cerrado. [...] entretanto, a experiência do Cerrado no Brasil e a expansão de monoculturas, mostram-nos o contrário do Prodecer, a semelhança do discurso actual produzido sobre o ProSavana é acusado de muitos males, nomeadamente o de concentração de terras nas mãos de agronegócios em prejuízo dos pequenos produtores e das comunidades indígenas, desmatamento, erosão do solo, contaminação dos recursos hídricos locais devido a utilização excessiva de pesticidas e fertilizantes químicos” (Dúran e Chichava, 2013: 329).

Não obstante ser importante a transferência de tecnologia e a implementação de agronegócio em Moçambique, os autores questionam sobre a possibilidade de transformar o agronegócio num sistema de produção e de desenvolvimento sustentável que cria emprego, garante a segurança e respeita o meio ambiente (Dúran e Chichava, 2013).

Este capítulo procurou mostrar que o ProSavana foi vítima de uma série de críticas tanto ao nível nacional como internacional sobretudo pelos moldes de sua implementação. Nele demonstrou-se que os governos de Moçambique, Japão e Brasil têm um posicionamento pro-ProSavana e as organizações da sociedade civil nacionais e internacionais defensoras das causas dos camponeses, partilham um posicionamento negativo quanto a sua implementação, o que sustenta a ideia da existência neste acontecimento dos valores-notícia *relevância, interesse nacional, quantidade e, conflito e controvérsia* elementos e características que contribuem para que um acontecimento mereça a atenção dos *media* e por isso um tratamento noticioso relevante. O capítulo que se segue apresenta as principais teorias sobre a produção noticiosa com foco na perspectiva dos valores-notícia.

Capítulo III: teorias sobre a produção noticiosa: porque as notícias são como são?

Este capítulo apresenta as principais teorias sobre a produção noticiosa incluindo a perspectiva dos valores-notícia. O objectivo é mostrar que as notícias são uma peça construída pela interacção de várias forças: das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história. Assim, as teorias *do espelho*, *do gatekeeper*, *do processo organizacional*, *da acção política*, *do processo de construção*, *a funcionalista* e *a interracionista* procuram responder a questão porque que as notícias “são como são” (Correia 1997; Traquina 2002; 2007, Wolf, 2006).

1 Porque as notícias são como são?

A explicação teórica sobre a maneira como um acontecimento se transforma em notícia é bastante complexa. Ao longo dos anos abriu-se um grande debate sobre a produção noticiosa e os constrangimentos ligados a actividade jornalística.

Existe uma ideia de que a notícia é o espelho da realidade. Para a *teoria do espelho*⁷ “são as notícias como são” porque a sociedade assim as determina (Traquina 2007). Essa teoria foi objectivamente descrita em dois momentos. O primeiro que surge em meados do século XIX, um novo jornalismo de informação, caracterizado fundamentalmente pela separação entre factos e opiniões. Um segundo momento histórico tem lugar no século XX, com destaque para o surgimento da objectividade que permitiu aos jornalistas substituírem uma fé simples nos factos por uma fidelidade à regras e procedimentos criados por um mundo no qual até os factos eram postos em dúvida, tendo o referente ou a realidade como um factor determinante no conteúdo noticioso (Schudson citado por Traquina; 2007: 74 -75).

Uma outra teoria proposta a dar resposta a pergunta: porque as notícias são como são, é *a de gatekeeper*, fundamentalmente, analisa as notícias apenas a partir de quem as produz, o centro de análise é a pessoa-jornalista. Nas palavras de Traquina (2007), o processo de produção de informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates* (portões) considerados como áreas de decisão em relação

⁷ Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender, que o desviem da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu do a quem doer (Traquina; 2007: 74-75)

aos quais o *gatekeeper* (jornalista) tem de decidir que notícia vai escolher. Segundo a escolha, só passa a notícia mediante uma decisão positiva, caso for negativa, não passa e a notícia é dada por morta⁸”. Donohue, Tichenor e Olien (citados por Wolf; 2006: 182-189) notam que “na transmissão da mensagem, através dos canais, pode estar envolvido muito mais que uma simples recusa ou aceitação (...) o *gatekeeping* nos *mass media* inclui todas as formas de controlo da informação que podem se estabelecer nas decisões acerca da codificação das mensagens, da selecção, da formação da mensagem, da difusão, da programação da exclusão de toda a mensagem ou das suas componentes”.

Para a *teoria organizacional*, as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do meio organizacional em que foram construídas e fabricadas. A ênfase está no processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma *cultura organizacional* e não de uma *cultura profissional*. Breed (1955)⁹, nota que quanto a produção das notícias a principal fonte de referência em termos de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo constituído pelos colegas ou pelos seus superiores, “o jornalista na sua actividade quotidiana, em vez de aderir à ideias sociais e profissionais, redefine os seus próprios valores ao nível mais pragmático do grupo editorial” (citados por Wolf; 2006: 183), quer dizer, separam-se as suas atitudes, crenças sociais bem como algumas práticas profissionais para obedecer a linha editorial para a qual ele trabalha.

Trabalhos desenvolvidos por Hermam e Chomsk, na sociedade norte-americana revelam que o campo jornalístico é uma arena fechada, sublinhando a tendência para o encerramento virtual do sistema mediático, aliás, realçam que o jornalismo é um campo totalmente fechado que apenas reproduz opiniões favoráveis aos capitalistas, (citados por Traquina; 2006: 93).

A *teoria construtivista* parte do princípio de que a notícia é uma construção. Apresenta-se contra as abordagens segundo as quais as notícias são uma distorção, que as atitudes

⁸ Publicado em 1950, o estudo de David Manning White baseia-se numa pesquisa sobre a atividade de um jornalista de meia-idade num jornal médio norte-americano, Mr. Gates, anotou durante uma semana as motivações que o levaram a rejeitar as notícias que não usou. Esta teoria propõe igualmente uma concepção bem limitada do trabalho jornalístico baseando-se no conceito de «selecção» minimizando e limitando outras decisões (Traquina, 2007: 79)

⁹ Breed, (1955) distingue seis motivos que incutem a conformidade a orientação do jornal: i) a autoridade institucional e as suas sanções; ii) o sentimento de dever e estima para com os seus superiores; iii) as aspirações à mobilidade profissional; iv) a ausência de fidelidade de grupo contraposta; v) o carácter agradável do trabalho; vi) o facto de a noticia se ter transformado em valor.

políticas dos jornalistas são um factor determinante no processo de produção das notícias. O aspecto ideológico dos jornalistas é chamado para fundamentar a afirmação segundo a qual as notícias são “estórias”. Stuart Hall (1984)¹⁰, mostra que os jornalistas são os produtores de notícia, eles são construtores dela na sua forma original, pois estes são capazes de em função de um dado acontecimento produzir notícia e transmitir através dos *media* para ser consumida, (citado por Traquina, 2006). Já (Atheid; Epstein e Tchuman citados Traquina 2006), concordam que as notícias são estórias, pelo facto de estas serem estruturadas devido a vários factores incluindo os aspectos organizacionais do trabalho jornalístico, as limitações financeiras ou *budgets* e a própria maneira como a *rede noticiosa* é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos.

Relativamente a *teoria estruturalista* nota-se o seu carácter fundamentalmente cultural. Os teóricos desta abordagem defendem que as notícias são um produto social resultante da combinação de factores como: “*a) a organização burocrática dos media; b) a estrutura dos valores-notícia (principal elemento da socialização) e a prática e ideologia profissional dos jornalistas; c) o próprio momento da construção da notícia que envolve um processo de «identificação e contextualização de «mapas» culturais do mundo social são utilizados na organização»*” (Stuat Hall *at al.* citados por Traquina, 2006).

Neste debate, os marxistas não perderam tempo de dar seu contributo, com a sua célebre posição de que a classe dominante controla o sistema. Assim, a estrutura dominante são chamados «definidores primários» da acção dos *media*, (Traquina, citado por Pereira 2011). Refira-se que nesta teoria, os jornalistas não têm espaço de manobra, estes nunca tomam iniciativa, nunca desafiam os senhores que através do capital económico conseguem controlar os *media*, ou simplesmente os “definidores primários”. Repare-se que através de iniciativas como a reportagem, o jornalismo de investigação segundo a teoria estruturalista, nunca há um processo de negociação antes da definição principal. Que encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu papel como recurso potencial para todos os diversos agentes sociais (Traquina; 2006: 105-106).

¹⁰ “Os jornalistas dizem: há um acontecimento; quer dizer alguma coisa. Quem quer que esteja perceberá o que ela significa. Tiramos-lhe fotografias. Escrevemos um relato sobre ele. Transmitimo-lo tao automaticamente quanto possível através dos *media* e a audiência vê-lo-á e perceberá o que aconteceu e quando se afirma qua as pessoas têm interesse em versões diferentes desse acontecimento, que qualquer acontecimento pode ser construído de diversas maneiras e que se pode fazê-lo ter outros significados, esta afirmação de algum modo ataca a legitimidade profissional dos jornalistas, e estes resistem bastante à noção de que a notícia não é um relato mas uma construção”

Quanto a teoria *interaccionista*, o destaque vai para o «tempo». As notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, selecção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Os jornalistas vivem oprimidos pelo tempo. Debatem-se diariamente com o desafio de elaborar um produto final, seja ele notícia, jornal ou mesmo telejornal, entre outros géneros informacionais, os acontecimentos noticiosos apresentam-se imprevisíveis podendo surgir em qualquer parte, e a qualquer momento, daí o desafio dos *mass media* na definição organizacional da ordem do espaço e do tempo (Traquina, 2007).

Ainda no debate referente a produção das notícias existe a perspectiva dos valores-notícia que mostra os requisitos essenciais para que um acontecimento mereça e deixe de merecer a cobertura noticiosa (Correia, 1997).

2 Os valores-notícia

Segundo Wolf (2006), os valores-notícia constituem a resposta à seguinte pergunta: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia? Para Correia (1997), os *valores noticia*, são elementos que influenciam todo o processo da produção da informação. São os que fornecem elementos preciosos para perceber o contexto e enquadramento em que se caracteriza o trabalho do jornalista e os limites em que exerce a sua autonomia bem como ajudam a perceber a interligação entre a cultura e a ideologia profissionais dominantes.

Golding e Elliot (citados por Correia; 1997: 137) definiram os valores notícia como qualidades dos acontecimentos ou da sua construção jornalística, cuja presença ou a ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo, de tal modo que quanto mais um acontecimento exiba essas qualidades, maior seja a possibilidade de ser incluído. Wolf (2006), classificou os valores notícia como pressupostos implícitos ou considerações relativas ao conteúdo da notícia, ao produto informativo, ao meio das comunicações, ao público e a concorrência.

2.1 Critérios de Selecção dos Valores-notícia

Nelson Traquina concorda com as colocações de Pierre Bourdieu segundo as quais “operam uma selecção e uma construção daquilo que é seleccionado” (Traquina, 2007: 186). Wolf, (citado por Traquina, 2007), estabelece a distinção entre os valores-notícia de selecção e os valores-notícia de construção. Para este autor, *os valores-notícia de selecção* referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na selecção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato a sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento. Estes estão divididos em dois grupos: a) critérios substantivos que dizem respeito a avaliação directa do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia e; b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os *valores-notícia de construção* são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário nessa construção.

2.2 Os valores-notícia de selecção – os critérios substantivos

Traquina (2007), apresenta uma serie de critérios para que um acontecimento seja transformado em notícia. Um deles é a *morte*. Onde há morte há jornalistas, para este autor, a morte é um valor-notícia fundamental para a comunidade jornalística, e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas dos jornais e nos ecrãs de televisão. Outro é a *notoriedade*, que defende que quanto mais o acontecimento disser respeito a pessoas com notoriedade numa determinada sociedade, mais provavelmente será transformado em notícia, na verdade, o nome e a posição da pessoa são importantes como factor de noticiabilidade. “O que o Presidente da República faz é importante, porque o Presidente da República é importante”.

O interesse nacional é também um valor-notícia considerado importante pela classe jornalística, a este junta-se os valores-notícia proximidade: a) *geográfica* que faz com que os acontecimentos mais próximos da sede do órgão de informação (a cidade, o país, o continente) sejam tratados com prioridade e, os mais longínquos mereçam uma segunda importância; b) *proximidades psicológicas* referentes à temas ou a regiões que estão mais

perto do interesse dos leitores, não pelos quilómetros, mas por razões históricas, políticas, económicas culturais, entre outras (Correia, 1997).

A *relevância* como valor-notícia responde a preocupação de informar o público sobre os acontecimentos importantes porque tem impacto sobre a vida das pessoas, determinando a forma como a noticiabilidade tem a ver com a capacidade de incidência do acontecimento sobre as pessoas, sobre as regiões, sobre os países (Traquina, 2006), a *novidade* revela que os acontecimentos mais novos têm maior valor-notícia. Devido a importância deste valor-notícia o mundo jornalístico interessa-se pela primeira vez. O *tempo* é um valor-notícia indiscutivelmente importante para a classe jornalística, subdivide-se em *actualidade* onde, dá-se importância aos acontecimentos já transformada em notícia e a *efeméride* (aniversários, datas comemorativas), como o dia da independência de Moçambique, dia dos Acordos Gerais da Paz etc.

O valor-notícia *notabilidade* refere a qualidade de ser visível ou tangível, este valor-notícia alerta para a forma como o campo jornalístico está virado para a cobertura de acontecimentos e não problemáticas; a *quantidade* enquanto valor-notícia refere-se a importância que os jornalistas atribuem às notícias que dizem respeito à muitas pessoas e quanto mais elevado for o número de pessoas envolvidas maior é a notabilidade desses acontecimentos; *conflito ou controvérsia* é outro valor-notícia que os jornalistas atribuem importância, prestando sempre atenção a violência física ou simbólica num determinado acontecimento (Correia, 2006).

2.3 Os valores-notícia de selecção – os critérios contextuais

Como dissemos acima, estes dizem respeito ao contexto do processo de produção das notícias e não das características do próprio acontecimento (Wolf, citado por Traquina, 2007). A *disponibilidade* é o primeiro valores-notícia deste grupo e diz respeito a facilidade com que é possível fazer a cobertura do acontecimento. A empresa jornalística faz o cálculo dos meios e custos que a cobertura exige; o segundo é o *equilíbrio* a noticiabilidade de um evento pode estar relacionado com a quantidade de notícias sobre esse mesmo evento ou assunto que já existem ou foram publicados recentemente, assim devido a este valor-notícia os assuntos que teriam maior valor-notícia por outros critérios perdem espaço; um outro é a *visuabilidade* que dá primazia aos elementos visuais (fotos ou

imagens) relacionados com a notícia, particularmente para o jornalismo televisivo; a *concorrência* mostra que os jornalistas nas suas actividades procuram trazer algo diferente das outras empresas jornalísticas, evitam a similaridade do produto a ser consumido pelo público; por último temos o *dia noticioso*, para significar uma situação em que há dias ricos e dias pobres em notícia e aqueles assuntos que dificilmente eram notícias, passam a sê-lo nos dias pobres (Traquina, 2007).

2.4 Os valores-notícia de construção

Conforme foi definido acima, os valores-notícia de construção são os critérios de selecção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração das notícias (Traquina, 2007). Nestes, funciona a seguinte lógica: quanto mais o acontecimento é desprovido de ambiguidade e de complexidade, mais possibilidades tem a notícia de ser notada e compreendida.

Assim a *simplificação* é um valor-notícia que consiste em tornar a notícia menos ambígua, reduzir a natureza polissémica do acontecimento; o valor-notícia *amplificação*, defende que quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidade tem a notícia de ser notada, seja amplificação do acto, do interveniente ou das supostas consequências do acto (Traquina, 2007). Um outro valor-notícia de construção é a *relevância*, que sublinha o “sentido”, quanto mais sentido a notícia dá ao acontecimento mais hipótese tem de ser notada. Para este valor-notícia, compete ao jornalista, tornar o acontecimento relevante para as pessoas, demonstrar como este tem significado para elas (Traquina, 2007). Assim, a implementação do ProSavana torna-se relevante para os moçambicanos pelo facto de utilizar uma grande extensão de terra (cerca de 14 milhões de hectares,) que por sinal é habitada por mais de 4 milhões de agricultores, camponeses e outro tipo de pessoas que trabalham a terra para poderem se alimentar; a *personalização*, faz menção ao valor que se dá as pessoas envolvidas no acontecimento e quanto mais personalizado é o acontecimento, mais possibilidade tem a notícia de ser notada, pois facilita a identificação do acontecimento em termos “positivo” e “negativo”.

Depois aparece *dramatização*, um valor-notícia que revela que os jornalistas reforçam os aspectos mais críticos, o reforço pelo lado emocional, a natureza conflitual dos acontecimentos, como por exemplo, o conflito de terras entre os investidores e as

populações ao nível local, ao longo do “Corredor de Nacala”. Por fim temos a *consonância*. Um valor-notícia de construção que refere que quanto mais a notícia insere o acontecimento numa narrativa já estabelecida, mais possibilidade a notícia tem de ser notada. Significa a inserção da novidade num contexto já conhecido com a mobilização de “estórias” que os leitores já conhecem como as repetitivas reclamações e contestações que foram levantadas pelos camponeses, organizações da sociedade civil nacionais e internacionais, académicos etc., quanto a implementação do ProSavana em Moçambique no “Corredor de Nacala” (Traquina, 2007).

O capítulo mostrou que a produção noticiosa depende da combinação de várias forças nomeadamente das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história. Com efeito, o presente trabalho, para além de se basear nas teorias e abordagens acima apresentadas de uma forma geral, usa os valores-notícia *relevância*, *interesse nacional*, *quantidade* e *conflito ou controvérsia* para analisar o tratamento noticioso do ProSavana nos jornais “Notícias” e “O País” no período entre 2012 e 2013.

2.5 ProSavana e os valores-notícia

A *relevância* foi inserido no ProSavana porque este projecto diz respeito também aos moçambicanos e é apontado pelo governo de Moçambique como programa de extrema importância sobretudo pela crença de que este deverá ajudar a solucionar os desafios de pobreza, da fome e da insegurança alimentar que afectam a maioria da população. O *interesse nacional* que é subdividido em *proximidade*: a) *geográfica* foi identificado pelo facto de o ProSavana estar a ser implementado em Moçambique merecendo por isso a atenção dos *media* moçambicanos, b) *proximidade psicológica* foi inserido no ProSavana devido a expectativa económica que este criou no seio do governo de Moçambique e das populações que espera (vam) melhorar as suas condições de vida com a implementação do mesmo. A *quantidade* e *conflito ou controvérsia* encontram-se inseridos no ProSavana devido ao número de indivíduos em questão (cerca de 5 milhões de camponeses residentes no “Corredor de Nacala”) e os relatos sobre conflitos de terra entre as populações e os investidores ao nível local o que muitas vezes resultou em denúncias de camponeses tanto de forma individual como representados pelas suas respectivas organizações e/ou

associações sobre a existência de conflitos e controvérsias ao longo do “Corredor de Nacala” (UNAC, 2013 ORAM, 2013, JÁ, 2013, LDH, 2013 etc.).

Portanto, é com base nas teorias sobre a produção noticiosa de uma forma geral e na perspectiva dos valores-notícia de forma particular que se analisa o tratamento noticioso dado ao ProSavana pelos *media* moçambicanos seleccionados.

Porque existe também uma relação entre a linha editorial das empresas jornalísticas e os valores-notícia (Traquina, 2007), o capítulo que se segue apresenta uma breve contextualização do nascimento e funcionamento dos jornais em estudo como forma de compreender o contexto do seu nascimento e as lógicas de funcionamento.

Capítulo IV: Os media no contexto Moçambicano: o caso dos jornais “Notícias” e “O País”

1 Nascimento do jornal “Notícias”

Apesar da escassez de informação detalhada aponta-se que o jornal “*Notícias*” foi fundado a 15 de Abril de 1926 (Saúte, 1996). A ser verdade importa recordar que ainda se vivia o período Colonial. Período de censura prévia da informação (Sopa, 1996). Período em que a imprensa era controlada pelo Estado Colonial português vigorando uma censura oficial e instituída (Magaia citado por Namburete, 1995). Período em que “a informação servia os interesses do colonialismo português e era um instrumento de opressão: ideológica, opressão política, opressão social, opressão cultural” (Samora Machel, 1977 citado por Pereira; 2011: 77).

Entretanto, a informação desempenhou um papel fundamental durante o período de Luta de Libertação Nacional (fenómeno conduzido pela Frente de Libertação de Moçambique FRELIMO). Segundo Vasconcelos (1996), na luta armada o jornalismo era também guerrilheiro, mobilizador e activista. Nela o jornalista não podia ser observador, combater e reportar eram facetas do mesmo engajamento. Assim, “a luta pela emancipação em Moçambique foi desencadeada em várias frentes e uma delas foi na frente da informação «clandestina», que se traduziu num instrumento vital para a mobilização, organização e consciencialização do povo em prol da libertação nacional e edificação de um Estado moçambicano. Era a chamada informação revolucionária, «A Voz da FRELIMO» criada em favor dos interesses nacionalistas” (Pereira 2011: 78).

1.1 A imprensa Moçambicana no período pós 1975

Com a luta armada de Libertação Nacional e com o relevante papel da imprensa, Moçambique conquista a 25 de Junho de 1975 a Independência Nacional. Depois disto a imprensa transferiu o sentido épico com que se difundia a história da Luta armada para a narração do presente e a visão do futuro (Vasconcelos, 1996). Com o centralismo e dirigismo, a imprensa esteve condicionada a uma rígida política editorial que era estabelecida pelo governo tornando este espaço privilégio de poucos (Vasconcelos, 1996; Namburete, 2002). Aliás, logo após a independência uma das estratégias da FRELIMO foi

a de controlar aqueles órgãos de informação (*Notícias de Lourenço Marques, Notícias da Beira, Revista Tempo, Diário de Moçambique Voz africana*) que outrora estavam sob controlo da elite hostil a FRELIMO e próximas ao poder colonial (Chichava e Pohlmann, 2010).

A ideia de que a imprensa foi vista pela elite dirigente da FRELIMO como um importante instrumento de transmissão de ideias e ideais é testemunhada pela “Reunião de Macomia” província de Cabo Delgado realizada de 26 a 30 de Novembro de 1975, quando foi declarado que, a imprensa teria o papel de “informar educar, mobilizar e organizar” a população Machel (1977) citado por (Chichava e Pohlmann, 2010), e reforçada em 1977, aquando da realização do III Congresso da Frelimo, declarando-se Partido-Estado de orientação marxista-leninista, concebendo assim a imprensa como um instrumento ideológico, um instrumento de aliança operária e camponesa, um instrumento de revolução, importante na luta contra o capitalismo e na construção do “homem novo” (Vasconcelos, 1996; Saúte, 1996; Da Graça, 1996; Chichava e Pohlmann 2010).

Um outro testemunho importante de que a imprensa esteve oficialmente ao serviço do Estado é o pronunciamento do primeiro Presidente de Moçambique Independente ainda no III Congresso da FRELIMO em 1977 o qual dizia:

“(…) não há terreno neutro na luta de classes (…) A origem pequeno-burguesa da maioria dos jornalistas, a educação colonial que receberam, os métodos e conceitos de informação cuja influência transportam até hoje, constituem factres que facilitam e favorecem a acção de retorno de ideias erradas dos hábitos velhos. (…) O jornalista deve assumir a consciência de que ocupa posto de combatente na frente ideológica da luta das massas trabalhadoras. Deve assumir integralmente os interesses e as aspirações dos operários e camponeses. O seu modelo deve ser operário de vanguarda. Os seus deveres correspondem aos dos membros do partido.

(…) a informação deve desempenhar um papel fundamental na criação do Homem Novo, e só pode fazê-los se os trabalhadores da informação, se engajarem na sua própria transformação assumindo ao nível das ideias, do trabalho da vida e do comportamento, os valores novos, os valores do homem socialista. Isso significa também que o Partido deve dar uma atenção particular ao enquadramento político dos jornalistas. Neste sentido,

intensificaremos a implantação das estruturas do Partido nos órgãos de informação. (...) Além disso, é necessário efectuar o enquadramento político dos jornalistas no seu conjunto através duma estrutura própria. Uma estrutura que promova a unidade de pensamento e de acção dos jornalistas (...)” (Machel, 1977 citado por Chichava e Pohlmann, 2010: 128).

Resumidamente percebe-se que durante o período colonial houve censura prévia e controlo da imprensa pelo aparelho colonial. No período pós-independência de (1975 a 1990), vigorou o monopartidarismo, período em que a imprensa, a rádio e posteriormente a televisão foram os instrumentos privilegiados para tornar eficaz a propaganda dos valores prezados pelo regime (Saúte, 1996; Vasconcelos, 1996; Lima, 1996; Namburete, 2002).

Foi neste contexto que se assistiu o nascimento do Jornal “*Notícias*” permanecendo actualmente como o jornal de maior tradição Saúte (1996), Pertence à Sociedade Notícias SARL, uma sociedade anónima cujos principais accionistas são entidades do Estado ou seja, conta com a participação maioritária do Estado moçambicano através de entidades como: Banco de Moçambique, (o Banco Central do País), a EMOSE (a companhia de seguros do Estado) e a PETROMOC (companhia de distribuição de derivados de petróleo), estas duas últimas actuam sob o formato de sociedade anónima mas a maioria das suas acções são do Estado (Chichava e Pohlmann, 2010).

2. A imprensa Moçambicana no período pós 1990

As novas conjunturas sociopolíticas que aconteceram no mundo em geral e na África de forma particular nos finais da década de 1980 e princípios da década de 1990, abriram espaço para a transição democracia em Moçambique e em vários países da região Austral da África. Com a promulgação da “Constituição pluralista e liberal de 1990, uma série de liberdades e garantias antes vistas como burguesas foram estendidas aos moçambicanos, de entre elas a liberdade de se exprimirem livremente e de criarem uma imprensa independente não mais sujeitas às interpretações do Partido no poder” (Chichava e Pohlmann; 2010: 128). Aqui destaca-se o esforço de um conjunto de jornalistas que durante muito tempo sonhava com uma imprensa livre e independente, investigativa, séria, combativa e com rigor jornalístico (Leite de Vasconcelos, Carlos Cardoso, Albino Magaia, Kok Nam, Fernando Lima, Ricardo Rangel) só para citar alguns que enviaram um abaixo-

assinado exigindo a introdução na nova Constituição do *direito do povo à informação* (Lima 1996; Moyana 1996; Namburete, 2002/5).

2.1 Nascimento do jornal “O País”

É com a Constituição de 1990, reforçada com assinatura dos Acordos Gerais de Paz (Roma a 04 de Outubro de 1992), que se assiste a emergência e proliferação do sector dos *media* no Moçambique pós-independência. Neste período, verifica-se a emergência de empresas jornalísticas e jornais privados com independência editorial e independência do financiamento do Estado¹¹ (Vasconcelos 1996; Pereira, 2012; Saúte, 1996). A liberalização do sector dos *media* permitiu o surgimento de entre vários órgãos de informação: o Mediafax (fundado em 1992, o primeiro depois da liberalização dos media), o jornal Savana (fundado em 1994), o Demos em (1994), no mesmo ano surge o imparcial (1994); surgem também as Rádios Terra Verde (em 1993); Miramar (em 1993); em 1993 a RTK (Radiotelevisão Klint); o Encontro (em 1995); aliás em 1992, já havia sido criada na Beira uma Delegação emitindo em deferido, os programas da Televisão de Moçambique (Saúte, 1996; Vasconcelos, 1996; Namburete, 2002).

Foi neste contexto da proliferação do sector da imprensa e sobretudo a imprensa escrita que se assistiu o nascimento do Jornal “*O País*”, primeiro como semanário (diário desde 2008). Importa referir que o “*O País*” é privado e pertence à Sociedade Independente de Comunicação (SOICO) (Chichava e Pohlmann, 2010).

¹¹ Para a literatura, ainda que relativamente independentes do Estado, estes *media* não devem ser considerados independentes do poder económico.

Terceira parte:

Enquadramento metodológico

Capítulo V: técnica de análise de conteúdo aplicada à imprensa

O presente capítulo discute a metodologia da análise de conteúdo utilizada em estudos sobre a imprensa. Conforme a literatura, a análise de conteúdo é uma técnica adequada para efectuar inferências sobre o conteúdo manifesto de diferentes tipos de comunicações que varia de acordo com os objectivos definidos por uma determinada pesquisa (Mucchielli, 2006). De entre vários tipos de análise de conteúdo, escolheu-se para este estudo, a análise de conteúdo temática (análise dos significados) e os métodos quantitativo e qualitativo são também usados para estudar a cobertura noticiosa dada ao ProSavana pelos *media* moçambicanos.

Basicamente, o capítulo procura identificar as categorias temáticas replicáveis e genéricas contidas em jornais diários moçambicanos “*Noticias*” e “*O País*” de modo a analisar as diferenças na cobertura noticiosa do ProSavana nos dois jornais. Para tal, o capítulo esboça um quadro de análise apresentando o conceito de análise de conteúdo, os tipos de análise, as vantagens e desvantagens da técnica, as regras de análise, os procedimentos de análise, o objecto de estudo, o *corpus* da análise, bem como a indicação dos títulos dos jornais e a definição das unidades temáticas de análise.

1. Análise de conteúdo

1.1. Conceito

A técnica de análise de conteúdo foi desenvolvida nos Estados Unidos da América, tendo sido primeiramente usada para efectuar a medição do material jornalístico (Bardin, 1977). As actividades desenvolvidas pela Escola de jornalismo da Colúmbia, o estudo da propaganda que começa na primeira e se amplia na segunda guerra mundial, abrem espaço para os teóricos começarem de forma sistemática e metodicamente a analisar o conteúdo das informações divulgadas pela imprensa, rádio, televisão e tantas outras formas de comunicação através de uma diversidade de aplicações da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Em 1948, Brelson e Lazarsfeld numa obra intitulada *The Analyses of Communication*, definiram o método de análise de conteúdo como “uma técnica de pesquisa que visa descrever de forma objectiva, sistemática e quantitativa o conteúdo manifesto da

comunicação” (Mucchielli, 2006: 21). Para Bardin (1977), a análise de conteúdo para além de ser “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição dos conteúdos das mensagens”, este método tem a intenção de fazer inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou “eventualmente de recepção, inferência, que recorre à indicadores quantitativos ou não” (Bardin, 1977: 38). Para esta autora, a questão inferencial da análise de conteúdo pode responder a dois tipos de problemas nomeadamente:

- a) O que é que conduziu a um determinado enunciado? Portanto, aspecto que diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem;
- b) Quais as consequências que um determinado enunciado vai provocar? Referindo-se aos possíveis efeitos das mensagens (aqui o exemplo vai para os efeitos de uma campanha publicitaria, de propaganda).

É evidente que uma boa parte da literatura considere que analisar conteúdo é descobrir as informações contidas numa comunicação, extrair o significado do que é apresentado, formular e classificar tudo o que ela contém Pereira (2011). Mas também, de acordo com (Mucchielli, 2006), a técnica implica igualmente analisar o sujeito que produz a comunicação e o grupo de comunicação a que pertence, bem como examinar os factores e acontecimentos descritos, os efeitos da informação desejada através da emissão e do contexto em questão.

1.2 Tipos de análise de conteúdo

Roger Mucchielli (2006), na sua obra *L'analyse de Contenu* apresenta três grandes grupos de métodos usados para fazer análise de comunicações nomeadamente: a) os métodos lógico-estéticos e formais (*analyses lógico-estétiques et formelles*)¹²; b) métodos de análise semântica (*analyses semantiques*)¹³ e os métodos lógico-semânticos (*lógico-*

¹² Métodos lógico-estéticos e formais – que revelam, através da análise do texto, uma característica formal típica do autor ou do género do texto, e compreendem a análise de discurso com vista a aferir o estilo, vocabulário, figuras retóricas, procedimentos habituais, estrutura de um texto ou uma série de interacções, efeitos narrativos etc.;

¹³) Métodos de análise semântica – os quais acedem ao conteúdo manifesto explícito e visam atingir um significado latente do conteúdo implícito, e dizem respeito à pesquisa de significados implícitos e conotações de uma palavra ou série de palavras, de temas, análise semântica, descrição e definição de um universo textual particular, individual ou cultural, análise das relações de significado entre os conceitos-chave de um dado conjunto textual, a análise de histórias simbólicas ou míticas;

semantiques)¹⁴. Assim, o objectivo no âmbito deste trabalho sobre a cobertura noticiosa do ProSavana em Moçambique corresponde em aplicar esta última técnica de análise que pode ser lógico e também semântico.

Este método “se identifica com a pesquisa de conteúdo informativo manifesto em dado documento com o propósito de analisar por exemplo, as tendências dos *media* em relação a um dado acontecimento e, ao mesmo tempo compreender o significado das palavras e ideias expressas” (Pereira, 2011: 87). Conforme Quivy e Campenhoudt (2008), este tipo de análise procura revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores e a partir de um exame de certos tipos de elementos constitutivos do discurso que podem ser análise categorial e análise avaliativa (citados por Pereira, 2011).

Para Quivy e Campenhoudt (2008), a análise categorial: consiste em calcular e comparar as frequências de certas características ou na maior parte das vezes, os temas evocados previamente agrupados em categorias significativas e baseia-se na hipótese segundo a qual uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante é para o locutor. O procedimento é essencialmente quantitativo. Já a análise da avaliação incide sobre os juízos formulados pelo locutor, neste tipo é calculada a frequência dos diferentes juízos (ou avaliações), mas também a sua direcção (juízo positivo ou negativo) e a sua intensidade (pp. 228).

Estes métodos são também agrupados em quantitativos e qualitativos. Os autores informam que os primeiros são extensivos (utilizados para análise de um grande número de informação sumárias) e teriam como informação de base a frequência do aparecimento de certas características de conteúdo ou de correlação entre elas. Os segundos, são mais intensivos usados para a análise de um (pequeno número de informações complexas e pormenorizadas) e tem como informação de base a presença ou ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do discurso são articulados uns com os outros (Quivy e Campenhoudt, 2008: 227). Com efeito a presente pesquisa faz o uso dos dois métodos.

¹⁴ Métodos lógico-semânticos – que consistem na identificação e classificação de palavras-chave de um texto, no resumo ou na condensação de um artigo ou um livro, na análise de tendências de jornal e comparação de tendências, de uma imagem, um cartaz, um filme, um texto, etc. (Mucchielli, 2006).

1.3 Vantagens e desvantagens do método de análise de conteúdo

Conforme se observa nestes dois metodólogos (Quivy e Campenhoudt), de entre os vários métodos aplicados ao estudo das comunicações, a análise de conteúdo apresenta-se vantajoso pelo facto de:

- Ser aplicado ao estudo do não dito, do implícito;
- Obrigar o investigador a manter uma grande distância em relação a interpretações espontâneas e, em particular, às suas próprias. Neste, não se trata de utilizar as suas próprias referências ideológicas ou normativas para julgar as dos outros, mas sim de analisá-las a partir de critérios que incidem mais sobre a organização interna do discurso do que sobre o seu conteúdo implícito e pelo facto de;
- Vários deles serem construídos de uma forma muito metódica e sistemática sem que isso prejudique a profundidade do trabalho e a criatividade do investigador.

As limitações e problemas variam de acordo com os métodos. Porque as diferentes variantes não são equivalentes e nem intermutáveis, os autores advertem para que na escolha destas mesmas variantes é preciso que se tenha em conta os seguintes pontos:

- Alguns métodos de análise de conteúdo baseiam-se em pressupostos no mínimo simplistas. Há necessidade de se interrogar se a investigação pode adaptar-se a estes limites. Evoca-se a análise categorial que é frequentemente aplicada com utilidade como o complemento de outros métodos mais subtis;
- Alguns métodos como a análise avaliativa são muito laboriosos. Portanto, antes de os adoptar é preciso ter a certeza de que são perfeitamente adequados aos objectivos da investigação e se se dispõe de tempo e dos meios necessários para os levarmos a bom termo e;
- Se a análise de conteúdo, globalmente considerada, oferece um campo de aplicação extremamente vasto, o mesmo não acontece com cada um destes métodos particulares, alguns dos quais tem pelo contrário um conjunto de aplicação muito reduzido. Estes autores contam estas histórias para dizer que na realidade, não existe um, mas vários métodos de análise de conteúdo (Quivy e Campenhoudt, 2008: 230-231).

Ainda relativamente as desvantagens (Mucchielli, 2006)¹⁵, diz que, para minimizar os eventuais aspectos subjectivos do analista, bem como assegurar a objectividade da pesquisa, exige-se que ela seja objectiva, exhaustiva, metódica e quantificável.

Portanto, os elementos acima levantados demonstram que a análise de conteúdo é um importante método para efectuar estudos de descrições e interpretações com rigor científico e controle e justificam a sua escolha para o presente estudo.

1.4 Regras de análise

Para se efectuar uma análise de comunicações usando o método de análise de conteúdo existem regras indispensáveis. Trata-se por exemplo de agrupar os dados em unidades de registo (*unité de enregistrement*)¹⁶ para precisar o que é que se vai contar no documento de análise; a unidade de contexto (*unité de contexte*)¹⁷, para determinar onde é que se vai contar o que atribui significado às unidades de registo e, a unidade de enumeração (*unité de numération*)¹⁸, para especificar a forma como se vai contar ou quantificar a informação (Bardin, 1977; Mucchielli, 2006).

Para o presente estudo, na unidade de registo indicam-se os temas (unidades temáticas), unidade considerada como a mais adequada para registar as motivações das opiniões, das atitudes, dos valores, das crenças e das tendências. Como a unidade de contexto, opta-se pelo conteúdo temático encontrado em cada artigo analisado como um todo. A regra de

¹⁵ **Objective**, c'est-à-dire considérant les données informationnelles comme des objets susceptibles d'être étudiées scientifiquement, décrits, analysés autopsiés, décomposés ou découpés de toutes les manières utiles; **Exhaustive**, c'est-à-dire n'oublie rien de son objet après l'avoir défini; **Methodique**, c'est-à-dire soumise à des règles strictes, que l'on peut apprendre et transmettre; **Quantitative**, c'est-à-dire aboutissant à des calculs et à des mesures, à des évaluations aussi précises que possible (Mucchielli, 2006).

¹⁶ A unidade de registo é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento do conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial

¹⁷ A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões neste caso superiores as da unidade de registo são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo

¹⁸ E por último as regras de enumeração que serve basicamente para indicar a maneira como se vai contar ou enumerar (Bardin 2006).

contagem é baseada na presença ou ausência das unidades temáticas e suas frequências. Assim através da análise temática analisa-se o conteúdo dos artigos dos jornais moçambicanos seleccionados.

1.5 O procedimento da análise

Para se avançar com a análise desta pesquisa recorreu-se aos fundamentos de (Bardin 1977; Mucchielli 2006). Conforme os autores, uma análise de comunicação deve ter em conta as seguintes etapas: 1) organização da análise que consiste na organização do material a ser analisado; 2) a codificação, processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo; 3) a categorização, processo que consiste na classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente por reagrupamento segundo o género (analogia) com os critérios previamente definidos e 4) a inferência dos dados onde o pesquisador atribui significado aos dados analisados. Assim, os artigos dos jornais escolhidos e relacionados com a temática do ProSavana, identificados nos arquivos e nos endereços electrónicos são codificados, categorizados e analisados neste método.

1.6 Objecto de análise

Para compreender o conteúdo das notícias do ProSavana no período de 2012 a 2013, esboça-se como objecto de análise os jornais “*Notícias*” e “*O País*”. A escolha destes dois jornais justifica-se pelo facto de, como quaisquer outros *media* terem por um lado o dever de informar e educar o público sobre assuntos de interesse geral tal é o caso do ProSavana. Por outro lado deveu-se ao facto de ambos serem diários e os que mais notícias ligadas ao ProSavana publicaram no período entre 2012 a 2013. Um outro aspecto que nos conduziu a escolha destes jornais tem a ver com o facto de o primeiro ser público e estar ligado ao Estado e o Governo e, o segundo ser privado e independente o que permite analisar as diferenças na cobertura noticiosa do ProSavana do ponto de vista negativo e positivo. Os artigos foram pesquisados no Arquivo Histórico de Moçambique, nos serviços de arquivos dos dois jornais e na internet através dos endereços electrónicos dos jornais.

1.7 Descrição do *Corpus* de análise

Ao criar este plano de pesquisa, avança-se como desafio a necessidade de abranger todos os artigos relativos ao ProSavana no período entre Janeiro de 2012 a Dezembro de 2013. Acreditamos que esta fase corresponde ao período em que houve uma maior publicação das notícias sobre o ProSavana, tanto ao nível nacional como internacional. O crescente número de notícias neste período associa-se a publicação oficial dos planos e programas ligados ao projecto que durante muito tempo foram vistos como assuntos clandestinos¹⁹, e o conseqüente aumento das contestações e espírito de recusa quanto a implementação do agronegócio.

As notícias sobre o ProSavana durante o período descrito acima completam um total de 46 artigos (24 dos quais referentes ao jornal “*Notícias*” e os restantes 22 correspondentes ao jornal “*O País*”). Estas notícias encontram-se distribuídas em diferentes páginas e secções dos jornais tais como: “Política”, “Economia”, “Sociedade”, “O país económico”, “Destaque” e “Reportagem”. Inclui-se também a secção “Opinião” que para o “Notícias” designa-se “Editorial”.

É importante referir que o estudo irá analisar os artigos contidos em quaisquer secções que fazem menção ao ProSavana.

1.8 Limites do *Corpus*

As limitações em relação a construção do corpus de análise foram: (i) uma fraca cobertura por parte dos *media* em relação a um programa de dimensão do ProSavana; (ii) a dificuldades que tivemos em aceder aos arquivos dos dois jornais. O facto curioso é que o jornal “*O País*” só deu despacho do nosso requerimento depois de 4 meses de espera. Quando tivemos acesso ao arquivo não havia jornais que abordavam as matérias sobre ProSavana tendo em seguida recorrido as bibliotecas (Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane, ao Arquivo Histórico bem como o endereço electrónico.); (iii) a

¹⁹ Refira-se que o acordo sobre o programa ProSavana foi ratificado em Setembro de 2009 (Embrapa, 2009), mas desde então tanto os camponeses, os *media* assim como os cidadãos no geral ainda não tinham acesso a informação.

terceira grande dificuldade prende-se com a complexidade do assunto, sobretudo a reduzida clareza dos objectivos perseguidos pelo programa ProSavana.

1.9 O corpus de análise

O material achado permitiu-nos esboçar o *corpus* do trabalho que completa um total de 46 artigos. A tabela nº 2 Indica o número de artigos publicados sobre o ProSavana no período em análise.

Tabela 2

Corpus do trabalho

<i>Jornal</i>	<i>Ano</i>		<i>Total</i>
	2012	2013	
<i>“Notícias”</i>	7	17	24
<i>“O País”</i>	6	16	22
<i>“Total por ano”</i>	13	33	46

Definição das unidades temáticas

As unidades temáticas identificadas nos artigos dos jornais “*Notícias*” e “*O País*” entre 2012 e 2013, são definidas em função dos conteúdos dos documentos oficiais sobre o ProSavana nomeadamente: os artigos publicados, as reclamações das organizações da sociedade civil representantes dos camponeses, bem como o Plano Director do ProSavana Documento Conceitual. A observação das notícias sobre o ProSavana nos jornais mencionados centra-se na presença ou ausência dos principais itens tratados por estes documentos e na maneira como os jornais tratam estes mesmos itens.

Tabela 3. Definição das unidades temáticas

Unidade temática	Definição da unidade temática
Natureza do programa	Conjunto de todas as informações sobre o que é o

	<p>programa ProSavana. Informações sobre a origem, propósitos e as razões que levaram a escolha de Moçambique para a implementação do programa e os resultados esperados.</p>
Terras de cultivo	<p>Reúne toda a informação sobre a extensão de terra a ser ocupada pelo programa. Desde o total da terra arável disponível em Moçambique, a terra arável em uso pelos agricultores e camponeses e a terra desocupada.</p>
Financiamento	<p>Reúne todos os itens sobre a disponibilidade dos fundos para dar andamento ao programa nomeadamente fundos disponibilizados pelo Japão, pelo Brasil e pelo governo de Moçambique.</p>
Transferência de tecnologia	<p>Engloba todas as informações sobre a transferência de tecnologias do Brasil e Japão para Moçambique e os tipos de culturas a serem produzidas. Neste tema apresenta-se também o debate levantado sobre a aplicabilidade ou não dos modelos e técnicas do Brasil no contexto Moçambicano.</p>
Percepções das partes envolvidas	<p>Congrega informações sobre o entendimento que as principais partes envolvidas têm em relação ao ProSavana nomeadamente (Brasil, Moçambique e Japão), camponeses, organizações da sociedade civil e os académicos.</p>

(Adaptado pelo autor)

A análise, interpretação e apresentação dos resultados são apresentados no capítulo que se segue.

Quarta parte:

Análise, interpretação e apresentação dos resultados

Capítulo VI: análise e apresentação dos resultados da análise de conteúdo

Os capítulos acima tiveram como objectivo apresentar a discussão sobre o engajamento brasileiro na agricultura moçambicana e os modelos teórico e conceptual sobre a produção noticiosa no sentido de compreender os factores que contribuem para que um acontecimento tenha cobertura da imprensa. Assim, este capítulo para além de se basear nas teorias e abordagens sobre a produção noticiosa de uma forma geral, usa os valores-notícia *relevância, interesse nacional, quantidade e conflito ou controvérsia* para analisar o tratamento da informação sobre o programa ProSavana. Deste modo, o capítulo apresenta as frequências das notícias sobre o ProSavana, mostra a identificação das unidades temáticas encontradas, expõe as suas frequências e seus enfoques bem como a sua variação ao longo do tempo.

1. Frequência das notícias sobre o ProSavana ao longo do tempo: com que regularidade os Jornais “Notícias” e “O País” trataram a informação sobre o agronegócio?

O gráfico abaixo representa a frequência das notícias sobre o ProSavana no ano de 2012 publicadas nos jornais “Notícias” e “O país”. A informação fornecida mostra que foram publicadas pelos dois jornais 13 notícias.

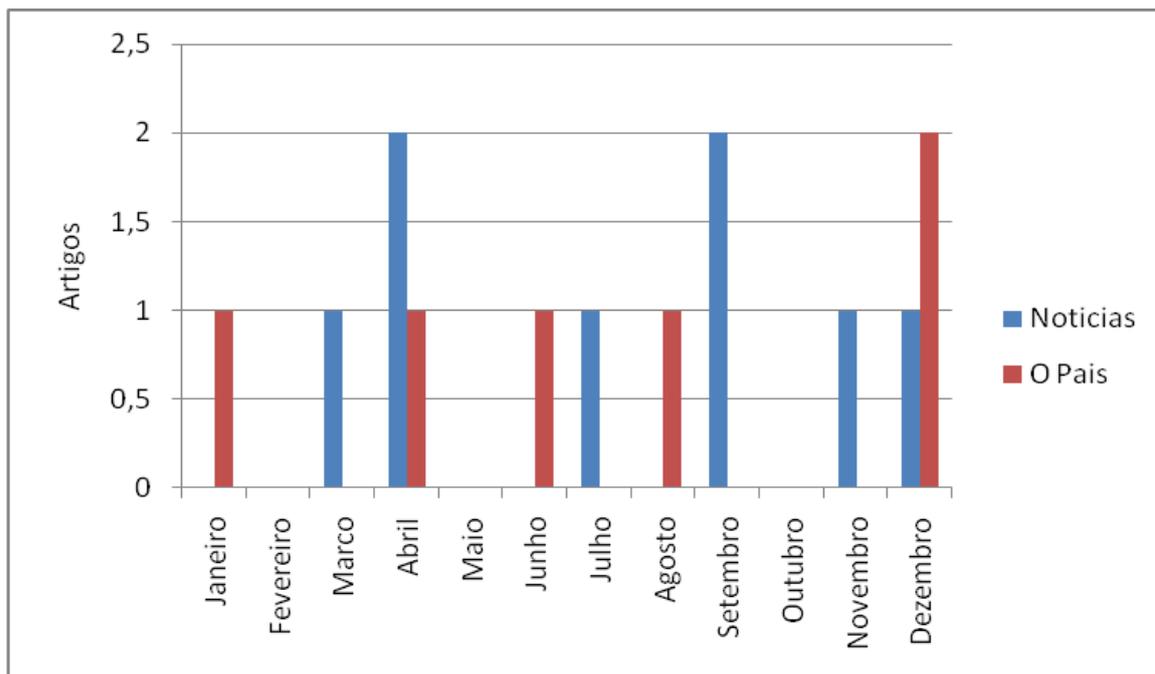


Gráfico 1. A frequência das notícias publicados pelos jornais “Notícias” e “O País” em 2012 (adaptado pelo autor).

O ProSavana foi durante muito tempo um assunto raro nos meios de comunicação social moçambicanos. Como indica o gráfico acima, no ano de 2012 foram encontrados nos dois jornais 13 artigos referentes ao programa. Sendo 7 equivalentes a 54%, publicados pelo jornal “Notícias” e os restantes 6 correspondentes a 46% publicados pelo jornal “O País”.

O Jornal “Notícias” publicou em 2012 um artigo no mês de Março, 06.03.12; dois artigos no mês de Abril, 13.04.12; 21.04.12; dois artigos no mês de Setembro, 08.09.12; 17.09.12; um artigo no mês de Novembro, 30.11.12; e um artigo no mês de Dezembro.

No mesmo ano, o jornal “O País”, publicou uma notícia em Janeiro, 13.01.12; uma em Abril, 17.04.12; uma em Junho, 28.06.12; outra no mês de Agosto, 16.08.12; e só voltou a noticiar o ProSavana duas vezes no mês de Dezembro, 11.12.12; 27.12.12.

A frequência das notícias em 2012 revela uma escassez de informação sobre o assunto ProSavana. Por outro lado mostra o desinteresse destes *media* em noticiar com regularidade acontecimentos relacionados com o programa o que revela que, a noticiabilidade ou não de um acontecimento não depende unicamente da sua importância mas, também da cultura e da ideologia profissionais de cada empresa jornalística.

Se repararmos com atenção constatamos que para além de ter sido assinado em Setembro de 2009, o acordo triangular entre os governos de Moçambique, Japão e Brasil - ProSavana foi oficialmente publicado em Abril de 2011. Mas as notícias sobre o assunto só começaram a ser publicadas com relativa regularidade em Janeiro de 2012. Enquanto a maioria das pessoas permanecia perplexa (sem saber o que realmente era o ProSavana), o assunto foi pouco tratado nos jornais moçambicanos.

Já em 2013 a situação é diferente. Foram encontradas nos dois jornais um total de 33 notícias.

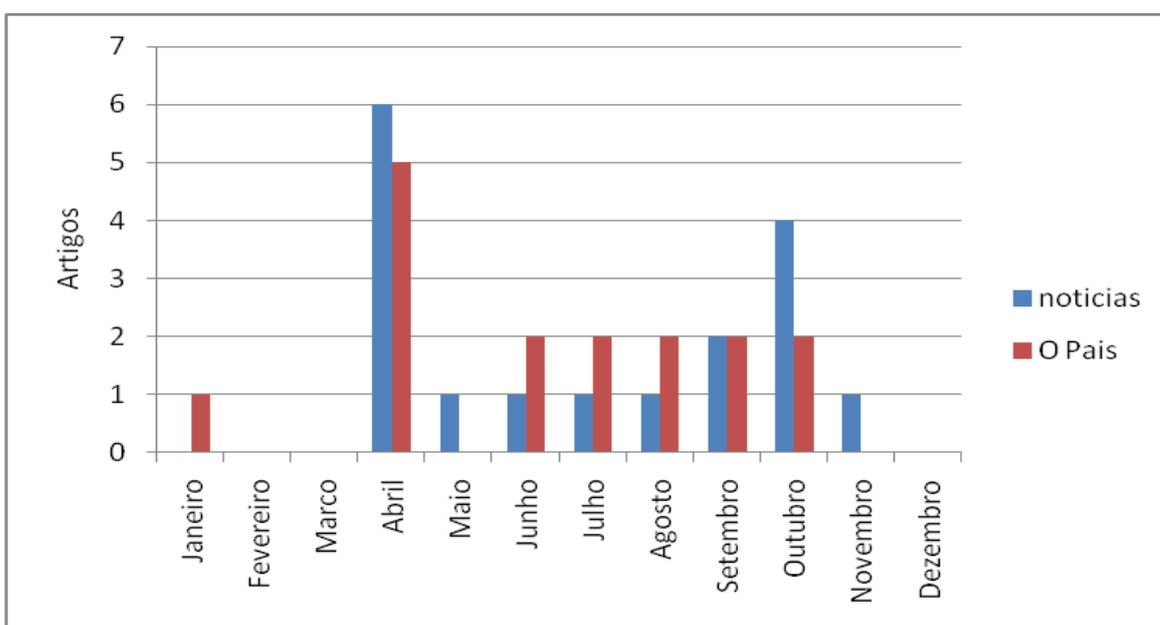


Gráfico 2. A frequência das notícias publicadas pelos dois jornais “Notícias” e “O País” em 2013 (adaptado pelo autor).

Neste ano, cada jornal publicou em média duas notícias por mês totalizando 33 artigos separados entre 17 para o jornal “Notícias” o que corresponde a 52 % e 16 artigos para o jornal “O País” correspondente a 48%. O gráfico 2 indica a variação das notícias ao longo do ano para os dois jornais.

O gráfico mostra ainda que o mês de Abril registou maior número de notícias sobre o ProSavana. Mas, diferentemente do ano de 2012, em 2013 foram publicadas 11 notícias neste mês, seis para o “Notícias” e cinco para “O País” contra três de 2012 que compunha duas notícias para o jornal “Notícias” e uma para “O País”.

A análise de conteúdo revela que apesar do aumento no número de notícias publicadas, o conteúdo permaneceu pouco esclarecedor. Refira-se que 2013 foi um ano marcado por publicações de estudos sobre os possíveis impactos (ambientais, sociais, culturais e políticos) resultantes da implementação do ProSavana, publicação de artigos científicos que revelavam as origens do programa, divulgação de resultados de pesquisas realizadas na área abrangida pelo programa e os pronunciamentos quase constantes dos camponeses residentes no “Corredor de Nacala”, que exigiam clareza em torno do programa e pediam ao governo de Moçambique para que cancela-se a sua implementação.

O ProSavana não mereceu tratamento noticioso devido. Um acontecimento relevante, de interesse nacional, que diz respeito há uma multidão, próximo em termos psicológico e geográfico e que originou conflito e controvérsias que, dentro da perspectiva dos valores-notícia deveria merecer uma maior atenção dos *media*, permaneceu pouco frequente nos meios de comunicação social.

O gráfico indica que de Janeiro a Março de 2013 o jornal “*Notícias*” não publicou um artigo se quer sobre o acontecimento, apenas publicou em Abril, seis notícias nos dias 02.04.13; 04.04.13; 15.04.13; 23.04.13; 24.04.13 e 25.04.13. No mês de Maio o jornal voltou a publicar notícia sobre o ProSavana a 31.05.13; no mês de Junho, 28.06.13; no mês de Julho, 19.07.13, em Agosto, 16.08.13, em Setembro duas notícias, 12.09.13; 24.09.13, no mês de Outubro o jornal publicou quatro notícias 01.10.13; 03.10.13; 16.10.1 e 29.10.13, e no mês de Novembro publicou mais uma, 23.11.13.

A análise de conteúdo revela que este aumento de notícias foi irrelevante, pois quase todas tratam de forma superficial os acontecimentos e mostram uma predisposição em transmitir as acções do governo e ao invés de trazer uma informação consistente sobre o programa.

Ainda que sejam em datas diferentes, as notícias apresentam quase mesmo conteúdo, a exaltação das realizações do governo (visitas de dirigentes moçambicanos para o Japão para pedir financiamento, para o Brasil, anuncio de aquisição de fundos, troca de experiência entre moçambicanos, brasileiros e/ou japoneses). As edições de 02.04.13 “PARA FAZER ANDAR O PROSAVANA. Governo em busca de dinheiro no Japão”; do dia 24. 04.13 “Nacala: “Nacala o corredor da promessa”. Investigação agrária introduz novas variedades”e a do dia 29.10.13 “PROSAVANA. Pesquisas de sementes dão resultados positivos” sustentam essa argumentação.

No mesmo ano, o jornal “*O País*” publicou um total de 16 notícias sobre o acontecimento. Realça-se o aumento de interesse por parte deste jornal em noticiar acontecimentos relacionados com o ProSavana.

O *gráfico 2* mostra que em Janeiro o jornal publicou uma notícia sobre o ProSavana, 01.01.13; cinco notícias em Abril, 01.04.13; 02.04.13; 03.04.10; 04.04.13 e 10.04.13, neste mês quase as cinco notícias dizem respeito ao financiamento do ProSavana, com excepção da do dia 10.04.13, que trás uma abordagem diferente mais sem dados aprofundados, que pudessem reduzir os níveis de especulações de um cidadão comum, nesta edição o jornal anuncia: “Segundo Director da Agência Brasileira de Cooperação, Há falta de clareza sobre a essência do ProSavana”, portanto sem mudar nada nas opiniões que já existiam, o jornal repete o que para quase todos os moçambicanos era óbvio, a falta de clareza.

Como dissemos, a clandestinidade com que foi tratada o assunto associado a falta de uma imprensa investigativa podem ter contribuído para que durante muito tempo o ProSavana fosse um acontecimento obscuro, sem informações precisas e a situação agrava-se quando a imprensa não vai atrás dos factos apenas vive dos discursos dos dirigentes e de comentários superficiais para fazer notícia.

O País voltou a publicar as notícias sobre o ProSavana em Junho, 04.06.13; 18.06.13, publicou mais duas em Julho, 15.07.13; 30.06.13, duas em Agosto, 14.08.13; 21.08.13; duas em Setembro, 25.09.13; e 27.09.13 e duas em Outubro, 16.10.13 e 17.10.13.

A análise de conteúdo revela que este jornal, diferentemente do *Notícias* que sempre exaltou as realizações do governo no âmbito do ProSavana, procurou trazer as percepções e os sentimentos dos camponeses residentes na região do “Corredor de Nacala”, divulgação de estudos realizados pelas organizações da sociedade civil e outros envolvidos no assunto. Como se pode ver na edição de 30.07.13 sob título “Defesa dos recursos naturais. Sociedade civil anuncia mobilização contra privatização da terra”, a de 25.09.13, “Estudo da ORAM alerta para efeitos desastrosos do ProSavana” e a do dia 17.10.13 “ProSavana no centro da discussão: Camponeses traçam estratégias contra expropriação de terra” só para se ter uma ideia, o jornal não vai para além de discursos e divulgação de estudos para fazer notícia, não procura se inteirar do assunto de forma mais profunda para construir notícia.

2. Identificação, frequência das temáticas ao longo do tempo

Da análise de conteúdo feita sobre os 46 artigos dos jornais “*Notícias*” e “*O País*” publicados entre 2012 e 2013 é possível identificar as cinco unidades de contexto (unidades temáticas) previamente criadas. Trata-se das unidades temáticas “natureza do programa”; “financiamento”; “transferência de tecnologia”; “terras de cultivo”, e “percepções das partes envolvidas”. Uma observação às notícias publicadas pelo jornal “*Notícias*” consegue-se identificar três unidades temáticas no ano de 2012 (nos 7 artigos publicados) e 5 unidades temáticas em 2013 (dos 17 artigos publicados) sobre o ProSavana.

Relativamente ao jornal “*O País*” constatou-se que este órgão de informação reportou três unidades temáticas nomeadamente: “natureza do programa”; “financiamento” e “percepções das partes envolvidas” em seis artigos ano de 2012 e em 2013 nos seus 16 artigos, reportou as 5 unicidades temáticas criadas.

Os gráficos 3 e 4 mostram a distribuição das unidades temáticas nos dois jornais e apresentam as explicações que clarificam as razões da inclusão dos conteúdos informativos nas referidas unidades temáticas.

2.1 Análise temática comparativa do jornal “Notícias” entre 2012 e 2013

O gráfico 3 mostra que o jornal Notícias reportou no ano de 2012 apenas 3 das cinco unidades temáticas previamente estabelecidas. Das temáticas reportadas neste ano a mais frequente foi a temática “natureza do programa” que aparece cinco vezes em sete artigos publicados: no artigo do dia 06. 03. 12 (PROSAVANA: UNAC e Justiça Ambiental buscam experiências no Japão); do dia 21. 04. 12 (“Missão conjunta satisfeita com potencial para sucesso”), do dia 08. 09. 12 (“DESENVOLVIMENTO PRO-SAVANA: Injectam-se fundos para agronegócio em Nacala”); do dia 17. 09. 12 (“Iniciam desembolsos para ProSAVANA”) e o do dia 30. 11. 12 (“INICIATIVA PROSAVANA: Financiadas cinco empresas”).

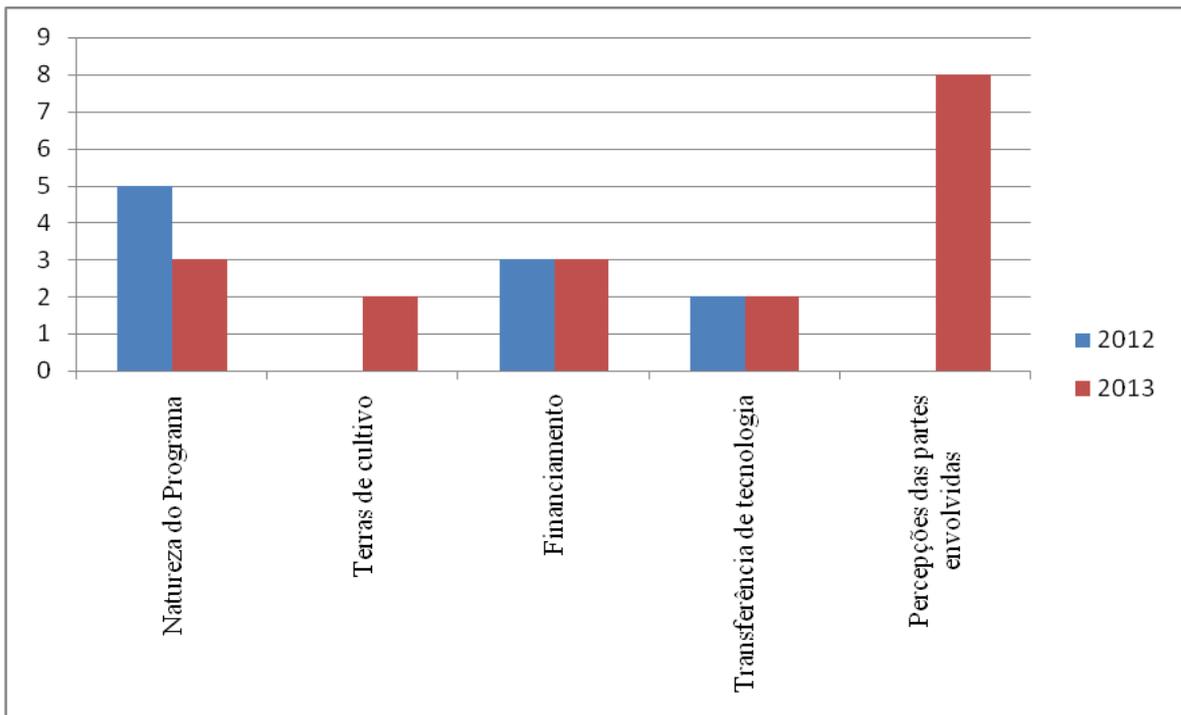


Gráfico 3. Frequência temática no jornal *Notícias* entre 2012 e 2013 (adaptado pelo autor).

O conteúdo informativo destes artigos demonstra que o ProSavana constituiu notícia quando houve uma acção do governo, geralmente visitas de dirigentes moçambicanos ao Brasil, a Japão e vice – versa. Estas notícias revelam igualmente uma fraca capacidade de investigação e uma preocupação em trazer informações relacionadas com as acções governamentais. O jornal mostrou-se mais empenhado em exaltar as realizações do governo no âmbito do ProSavana e não em transmitir informação aprofundada o que mostra também a falta de conhecimento e informação aprofundada sobre a natureza do programa.

Exemplos: edição de 21.04.12 (“Missão conjunta satisfeita com o potencial para sucesso”), o jornal refere que “A missão conjunta de empresários japoneses e brasileiros, que visitou esta semana o nosso país, avaliou positivamente o potencial para o desenvolvimento agrícola na área identificada para acolher o projecto ProSavana no corredor de Nacala. Edição de 06.03.12 (“PROSAVANA: UNAC e Justiça Ambiental buscam experiências no Japão”), sem apontar as consequências e os danos ambientais levantados por diversos estudos sobre o PRODECER, o jornal “*Notícias*” refere: Desenvolvido no Cerrado Brasileiro desde a década de 70, o ProSavana é referido pelos governos brasileiro, japonês e moçambicano como um caso de sucesso. Portanto o jornal revela uma inclinação em

exaltar as actividades do governo relacionadas com o ProSavana, deixando de lado todas as informações sobre a essência do mesmo.

Outro tema mais abordado neste ano foi “financiamento”. Aparece em três ocasiões e o conteúdo informativo também reflecte a predisposição do jornal em abordar notícias que exaltam os feitos do governo.

Na edição de 08. 09. 12 (“DESENVOLVIMENTO PRO-SAVANA: Injectam-se fundos para agronegócio em Nacala”); do dia 17. 09. 12 (“Iniciam desembolsos para ProSAVANA”); No dia 30. 11. 12 (“INICIATIVA PROSAVANA: Financiadas cinco empresas”) Exemplos:

“Por via de ganhos financeiros directos e tecnológicos de milhares de produtores de pequena escala integrados nas cadeias de valores, pretende-se introduzir benefícios nas comunidades rurais da região do Corredor de Nacala”.

E por último a temática mais reportada foi “transferência de tecnologia” duas vezes em sete artigos: no artigo do dia 06. 03. 12 (“PROSAVANA: UNAC e Justiça Ambiental buscam experiências...”); 01. 12. 12 (“... Governo instala laboratórios de solos”).

O conteúdo informativo destas notícias revela a tendência do jornal em mostrar que o governo tem estado a criar condições de ligar os agricultores moçambicanos como os outros países como o Brasil e o Japão para troca de experiência em matéria de agricultura, com o objectivo de reforçar a capacidade técnica e aumentar a produção e a produtividade. Na edição do dia 06.03.12, o jornal anuncia que:

“É na perspectiva de aprofundar o conhecimento sobre este programa que a equipa constituída pelo presidente da UNAC, Augusto Mafigo, e o pessoal técnico das duas organizações moçambicanas visitaram a província japonesa de Hokkaido para troca de experiências e discussão de problemas comuns...”

A temática “terras de cultivo” e “percepções das partes envolvidas” não são reportadas por este jornal neste ano.

Entretanto, em 2013 conforme ilustra o gráfico a temática mais frequente neste jornal é “percepções das partes envolvidas”, o tema aparece em oito ocasiões dos 17 artigos

publicados pelo jornal “*Notícias*” nomeadamente no dia 24. 04. 13 (“Nacala: O “corredor da promessa...”); no dia 19. 07. 13 (“Investigadora brasileira rebate críticas ao programa ProSavana”); no dia 16. 10. 13 (“ProSavana é pela inclusão”); no dia 23.11.2013 (“Entendimento sobre ProSavana”).

Estes artigos foram incorporados na temática “percepções das partes envolvidas” pelo facto de os conteúdos apresentarem as posições dos governos de Moçambique, do Brasil e do Japão em relação ao programa ProSavana. O jornal mostrou uma predisposição em promover o agronegócio, onde procura dar resposta às inquietações e especulações que pairavam uma pouco por todo o país sobretudo em relação a situação dos camponeses.

Um dos exemplos que revela essa tendência do jornal em desempenhar o papel de agente de respostas e tranquilizador pode ser observado na edição do dia 24. 04. 13 (“Nacala: O “corredor da promessa...””) o jornal refere, “A nossa reportagem esteve recentemente em Nampula onde se situa o núcleo desta ideia que devera revolucionar a forma de fazer agricultura na região e constatamos que tudo esta sendo feito para que a cooperação trilateral vinque e sobretudo que haja resultados”. Contradizendo os discursos de expropriação de terra o jornal cita um agente do ProSavana dizendo:

“A ideia não é chegar aqui desmatar tudo e plantar áreas enormes como foi feito no Brasil onde não havia população na época. Em Moçambique é diferente porque encontramos uma condição onde a densidade populacional no terreno é muito alta e onde predomina a pequena agricultura”. Henoque da Silva representante do Brasil em Nampula.

Um outro exemplo é a edição de 16. 10. 13 (“ProSavana é pela inclusão”), onde o jornal noticia que o governo de Moçambique defende a inclusão da sociedade civil no programa ProSavana, na sequencia de resposta às inquietações levantadas pela UNAC e outras organizações da sociedade civil. Desta vez o jornal cita o coordenador do ProSavana no ministério da Agricultura:

“Na verdade sempre tivemos essa preocupação de envolver os nossos parceiros da sociedade civil no contexto do ProSavana (...) estamos sempre abertos à críticas da sociedade civil, porque ela nos vai orientar para que as coisas que eventualmente não estejam a ser bem vistas por nós e o nosso esforço vai ser sempre de continuar a trabalhar não só com a UNAC, mas

também com outras organizações da sociedade civil” Calisto Bias coordenador do ProSavana no ministério da Agricultura.

O segundo tema mais frequente em 2013 foi o “financiamento”. Este aparece em três dos 17 artigos publicados, dia 02. 04. 13 (“... Governo em busca de dinheiro no Japão”); do dia 04. 04. 13 (“... ProSAVANA recebe mais 12 milhões USD”) e no dia 31. 05. 13 (“Governo busca recursos para dinamizar ProSavana”). Outro foi “natureza do programa”, cerca de três vezes. Portanto todas a retrataram aquilo que os três governos pronunciam. 23. 04. 13 (“... ProSavana depende de três áreas de acção”); do dia 12. 09. 13 (“Sítio na internet divulga PROSAVANA”); e a do dia 24. 09. 13 (“ProSavana apresenta plano-director”).

“Transferência de tecnologia” foi reportada em duas ocasiões cada. Na edição de 29. 10. 13. (“PROSAVANA. Pesquisas de sementes dão resultados positivos”) e, de 24. 04. 13 (“Nacala: O “corredor da promessa, Investigação agrária introduz novas variedades”) para demonstrar que estão a ser implementadas em solos moçambicanos, tecnologias do Brasil e do Japão com vista a se alcançar resultados positivos. Um exemplo é a edição de 24.04.14 em que o jornal refere: “ A nossa reportagem esteve no campo de ensaio da IIAM onde neste momento a única dificuldade relaciona-se com a falta do sistema de rega”, no mesmo local cita um técnico brasileiro:

“Estamos a introduzir novas variedades que tem bom comportamento no Brasil que pensamos que também possam ter aqui. Para nós é tecnologia terminada quando adaptada pelo produtor”. Disse o investigador brasileiro.

A temática “terras de cultivo” foi reportada por duas vezes. No dia 25.04.13 (“... A intenção não é expropriar a terra”) e no dia 03.10.13 (“ProSavana como é entendido no terreno...”). O conteúdo destes artigos indica a intenção do governo em responder a todos aqueles que dizem não haver terra em Moçambique para a implantação de projectos de tal envergadura. Na edição de 03.10.13, o jornal refere “ A PROVÍNCIA do Niassa é a menos habitada do nosso país, 12 milhões de hectares para 8 habitantes por quilómetro quadrado e o distrito de Mecula tem um número equivalente ao de elefantes existentes na sua reserva. 14”, No mesmo local o “Notícias” cita uma figura do governo:

“ Aqui nunca houve problemas de terras e as populações sabem que o ProSavana é para mais produção de tal forma que, se não houver influências

nocivas como parece estar a acontecer por parte de pessoas de má fé, a população está de mãos abertas”. Felisberto Matereua Administrador de Chimbunila.

Um outro elemento do governo citado pelo jornal foi o director provincial da agricultura do Niassa, que se pronunciou nos seguintes termos:

“ O medo que por ventura esteja a pairar entre a população quanto ao ProSavana, é induzido por quem esta contra o combate à pobreza, para que o país continue a depender da África do Sul para se alimentar mesmo em hortícolas” Timutikile, Director provincial da Agricultura.

Por último, o “*Notícias*” cita uma dirigente para informar que em Moçambique existe espaço em demasia para receber o ProSavana com muita expectativa:

“Não há problemas, espaço é o que temos demais! Razão porque no meu distrito ninguém rejeita esse projecto. Estou a falar das comunidades e líderes de Majune. Por exemplo em todo o posto administrativo de Nairubi, não haverá nada, é toda uma região desocupada não há nenhum operador de qualquer espécie, pode muito bem receber qualquer projecto agrícola, seja de que dimensão for”. Lurdes Maseguele, administradora de Majune.

Todavia, ainda que de forma prudente o “*Notícias*” reportou também aspectos “negativos” sobre o ProSavana. Procurou mostrar que o programa não estava claro e que, no terreno existia sim a percepção de que o ProSavana pretendia usurpar terras dos camponeses e deixar milhões de pessoas sem a terra, principal recurso de sua sobrevivência. Notícias desse tipo podem ser encontradas nas seguintes edições: do dia 15. 04. 13. (“Requer-se mais clareza na execução do ProSAVANA”); no dia 28. 06. 13 (“...Camponeses receiam negociar sem DUAT”); no dia 01. 10. 13 (“ProSavana tal como é entendido no terreno”). Exemplos:

“A REDE das organizações não governamentais que actuam na área da agricultura, quer uma definição ou clareza e observância de todos os pormenores plasmados no acordo rubricado entre os governos dos três países envolvidos no projecto para que desta forma o mesmo possa ser conhecido em termos dos seus principais objectivos”. “*Notícias*” 15.04.13.

Um outro exemplo verifica-se na edição de 28.06.13 na qual o jornal refere:

“A eventual inobservância dos direitos costumeiros de acesso a terra pode ser a razão da inquietação dos camponeses cujas terras estão abrangidas pelo ProSavana (...), se a terra é do Estado e a maior parte de nós (camponeses) não possuímos qualquer tipo de documento que legitima a posse se não na base de herança, não corremos o perigo de não conseguir negociar ordens de reassentamentos?”. Ana Paula, uma representante dos camponeses.

O trecho que se segue também testemunha que o jornal “*Notícias*” também reportou aspectos críticos relacionados com o ProSavana:

Em Madimba a Associação de cariz comunitário *ESTAMOS*, ao lado da Iniciativa para Terras Comunitárias (ITC) estão muito envolvidas na delimitação de terras prevendo conflitos (...). Mas em conversa com um membro do governo, que encontramos no complexo Massinga, na nova autarquia de Mandimba, “quis nos convencer que” as comunidades estão confiantes no projecto...”.

Portanto, o jornal “*Notícias*” apresenta em 2012 e 2013 o tema “percepções das partes envolvidas” como o mais notável, seguido do tema “natureza do programa”. O menos notável é a temática “terras de cultivo” que é reportado apenas em 2013. Em termos comparativos os temas “financiamento” e “transferência de tecnologia” são os mais consistentes sendo tratados com igual intensidade nos dois anos e, os temas “percepções das partes envolvidas” e “natureza do programa” são os menos consistentes, sendo tratados de forma divergente. O primeiro é menos tratado em 2012 e o mais tratado em 2013, o segundo é mais tratado em 2012 e reduz de intensidade em 2013.

Apesar de transmitir mais os aspectos “positivos” do ProSavana, o jornal procurou transmitir também informação sobre os aspectos “negativos”.

2.2 Análise temática comparativa do jornal “O País” entre 2012 e 2013

O gráfico 4, revela que a temática mais frequente em 2012 foi “financiamento”. Este aparece em quatro dos seis artigos publicados. Dia 17.04.12. (“Empresários de Moçambique, Brasil e Japão reúnem-se em Maputo: para discutir a implementação do ProSavana); dia 28.06.12 (“Fundação Gentúlio Vargas Lança fundo de Nacala”); dia 16.08.12 (Economia continuará a ser dominada pelos mega-projectos”) e no dia 11.12.12 (“Japão financia reabilitação do porto de Nacala e construção de pontes”).

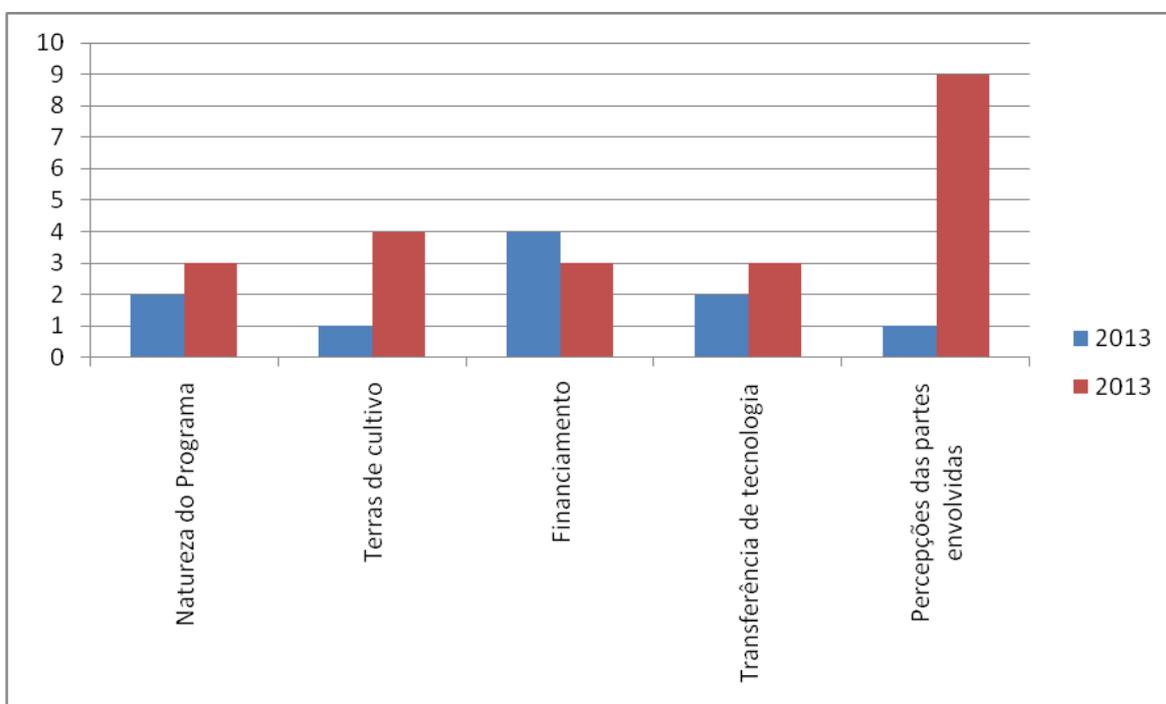


Gráfico 4. Análise temática comparativa do jornal o “O País” entre 2012 e2013, (adaptado pelo autor).

O conteúdo das notícias sobre “financiamento” como o nome sugere informa quais são os principais financiadores do programa e as modalidades de financiamento. Estas notícias informam igualmente que o Corredor de Nacala é de entre outros aspectos atractivos, o que apresenta melhores infra-estruturas para receber um programa de tal envergadura.

Um exemplo de notícias deste tipo pode-se ver na edição de 11.12.2012 (“Japão financia reabilitação do porto de Nacala e construção de pontes”), o jornal não faz um juízo crítico

e deixa a conhecer que o Japão é o maior financiador em termos económicos cerca de 132 milhões de dólares norte americanos para os projectos de estradas e pontes, o Brasil entra mais com o apoio tecnológico. Refere:

“O embaixador do Japão em Moçambique Eiji Hashimoto, revelou que a reabilitação do porto de Nacala é uma das várias prioridades do governo do Japão no Programa de Desenvolvimento do Corredor de Nacala. Hashimoto destacou a reabilitação de estrada Nampula Cuamba-Mandimba, o projecto agrícola ProSavana e a construção de escolas”.

Os outros temas mais frequentes são “natureza do programa” e “transferência de tecnologia”, cada um é reportado duas vezes nos seis artigos. Os conteúdos da temática “natureza do programa” resumem-se em anunciar que o ProSavana é um programa de Desenvolvimento do Corredor de Nacala, resultante de uma cooperação triangular entre Moçambique, Japão e Brasil, firmado em 2009 e pretende servir de âncora ao desenvolvimento de Modelos de uma agricultura competitiva e sustentável na região das savanas tropicais de Moçambique. Portanto, apesar da neutralidade, o conteúdo destas notícias revela a superficialidade com que foram tratadas as matérias sobre o ProSavana.

Quanto a “transferência de tecnologia” o jornal refere que estão integrados no projecto, actividades tecnológicas do Japão, e do Brasil, tudo no sentido de reforçar a capacidade técnica de Moçambique em matérias de produção agrícola tanto para consumo como para exportação. Isto testemunha os aspectos positivos sobre o ProSavana reportados pelo jornal “*O País*”.

Notícias deste tipo podem ser encontradas na edição de, 17.12.12 (“Empresários de Moçambique, Brasil e Japão reúnem-se em Maputo: para discutir a implementação do ProSavana). O jornal diz, “De acordo o programa de actividades para o desenvolvimento do ProSavana na primeira fase o projecto prevê capacitar produtores nacionais em tecnologias disponibilizadas pela investigação agrária em Moçambique e no Brasil, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); fortalecer a capacidade de pesquisa do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), através da formação de investigadores nacionais; construir e apetrechar os centros de investigação e laboratórios de solos”.

“Terras de cultivo” e “percepções das partes envolvidas” são as temáticas menos frequentes neste ano. Em seis artigos publicados ambos apareceram em apenas um. No artigo do dia 27.12.12 (“Pro-Savana não vai confiscar terra dos camponeses”) o jornal informa que o ProSavana é um programa que vai ocupar uma extensão territorial de cerca de 14 milhões de hectares de terras abrangendo 19 distritos das províncias do Niassa, Nampula e da Zambézia. Por sua vez a temática “percepções das partes envolvidas” identifica-se quando nesta notícia o jornal anuncia que “camponeses residentes nestas áreas identificadas pelo programa vivem um clima de medo e receio em ver as suas terras a serem ocupadas pelo programa”.

Entretanto, em 2013, através da leitura do gráfico 4 observa-se que a temática mais frequente no jornal “*O País*” foi “percepções das partes envolvidas” que surge em nove dos 16 artigos publicados neste jornal. O conteúdo informático apresenta por um lado, um carácter defensor das causas dos camponeses, das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Por outro lado procura noticiar os aspectos “positivos” do agronegócio.

Este tipo de informação esta contida nas edições de: 10. 04. 13 (“Segundo Director da Agência Brasileira de Cooperação, Há falta de clareza sobre a essência do ProSavana”); 07.06.13. (“Camponeses exigem suspensão imediata do ProSavana”). Nesta edição 30. 07. 13 (“Defesa dos recursos naturais. Sociedade civil anuncia mobilização contra privatização da terra”), o jornal noticia que “mais de trinta organizações da sociedade civil decidiram juntar esforços para defender a terra e os recursos naturais. As organizações, que incluem movimentos de camponeses, vão lançar ainda esse ano uma campanha nacional contra a privatização da terra. Em cima da mesa está o projecto ProSavana”. No mesmo lugar diz:

“O ProSavana é a maior preocupação desta classe, que acredita que o programa trará impactos negativos irreversíveis para as suas famílias, tais como o surgimento de famílias e comunidades sem terras em Moçambique, como resultado de processos de expropriação de terras e consequentes reassentamentos, frequentes convulsões sociais, e conflitos sócio – ambientais nas comunidades ao longo do Corredor de Nacala e o agravamento e aprofundamento da miséria nas famílias das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência e existência”.

Na edição de 27.09.13. “Um estudo lançado pela Associação Rural de Ajuda Mútua junta-se às vozes que criticam o ProSavana...” encontra-se um outro exemplo de críticas lançadas ao ProSavana:

“O estudo recentemente publicado pela ORAM, com o título (Sustentabilidade e Coexistência Pacífica no uso e Aproveitamento da Terra em Moçambique), revela que no Cerrado brasileiro, o PRODECER levou a grandes transformações ambientais face ao uso de tecnologias novas marcadas pela desertificação, erosão dos solos, substituição de espécies nativas no processo de reflorestamento, extinção de espécies marinhas e fauna. Em Moçambique teme-se que comunidades que vivem da pesca e da criação de gado fiquem sem fonte de rendimento”.

Nos dias 16. 10. 13 (“...Camponeses insatisfeitos com políticas agrárias do Governo”); 17. 10. 13 (“ProSavana no centro da discussão: Camponeses traçam estratégias contra expropriação de terra”), o jornal cita:

“Vamos deter o ProSavana, porque o que os três governos estão a fazer não serve aos camponeses, promove a mercantilização da terra e do homem (...) a luta camponesa em defesa da terra e agricultura camponesa, que garante a sobrevivência alimentar e alimentação adequada, travada pela UNAC nos últimos cinco anos nunca foi tão actual e imprescindível quanto arriscada para milhões e milhões de moçambicanos”. Vicente Adriano, advogado da UNAC.

“Terras de cultivo” com quatro aparições foi o segundo tema mais frequente neste ano. O conteúdo informativo destas notícias denuncia a existência de conflito entre os investidores e as populações locais sobretudo porque o ProSavana vai ocupar grandes extensões de terras que estão a ser habitadas por cerca de 4 milhões de pessoas que temem uma situação de perda das mesmas.

Na edição de 17.10.13 (“ProSavana no centro da discussão: Camponeses traçam estratégias contra expropriação de terra”); 18.06.13 (“Delimitação de terra reduz conflitos no Corredor de Nacala”); nesta edição por exemplo, o jornal anuncia que “como forma de evitar tendências de usurpação de suas parcelas, as comunidades abrangidas pelo programa ao longo do Corredor de Nacala, (...) estão a desencadear um intenso trabalho de delimitação

das suas parcelas. 16. 10. 13 (“...Camponeses insatisfeitos com políticas agrárias do Governo”), um outro exemplo pode ser encontrado nesta edição na qual o jornal diz: “O painel introdutório, que pretendia apresentar a realidade do campesinato na base foi composto por líderes camponeses regionais do país (...), estes entendem o ProSavana como tentativa de usurpação de terras, expulsão de camponeses, e atribuição de assentamentos precários, e não necessariamente para aliviar a pobreza das populações rurais”.

Os temas menos tratados pelo jornal “*O País*” neste ano foram: “natureza do programa”, “transferência de tecnologia” e “financiamento”, três ocasiões cada. O primeiro surge em 01. 04. 13 (“Moçambique e Japão definem o ProSavana”); 04.04.13. (“Plano director vai definir estrutura orçamental”) e em 15.07.13 (“Dados sobre o ProSavana analisados em Brasília”), retratam a informação de forma neutral.

“Transferência de tecnologia” surge em, 04.06.13 (“ProSavana não pretende usurpar terra dos agricultores...), 25.09.13 (“Estudo da ORAM alerta para efeitos desastrosos do ProSavana”) e em 04.04.13 (“Plano director vai definir estrutura orçamental”), uma leitura ao conteúdo informativo destes edições constata-se que o jornal também noticiou os aspectos positivos sobre o ProSavana. Informa por exemplo que a materialização do ProSavana vai ter como suporte as tecnologias vindas de Brasil e Japão e com isso se esperam bons resultados. Exemplo:

“Cabe à extensão agrícola garantir a transferência de tecnologias de produção para os milhares de produtores (...) um dos objectivos finais do ProSavana é de dotar os camponeses de capacidade para a prática a agricultura comercial produzindo para o comércio interno e externo”. José Pacheco, Ministro moçambicano da Agricultura.

Por último temos o tema “financiamento”, que surge igualmente em três ocasiões. 02. 04. 13 (“Dez milhões de hectares de terra vão ser aproveitados. Japão financia 111 milhões de dólares para a agricultura”). 04.04.13 (“Plano director vai definir estrutura orçamental”); 03.04.13 (“Nipónicos disponíveis para continuar a apoiar Moçambique”).

Como o tema sugere, o conteúdo informático destas notícias, revela que o jornal procura transmitir aos leitores as informações sobre os fundos envolvidos no ProSavana. Na edição de 03.04.13, o jornal anuncia que o Japão através da sua Agencia de Cooperação

Internacional (JICA), esta disponível a continuar a ajudar Moçambique a combater a pobreza, financiando programas como o de desenvolvimento da cooperação triangular nas savanas tropicais, o ProSavana. Mais adiante cita os pronunciamentos de um quadro da JICA:

“Este ano vamos começar com um novo projecto de assistência técnica ao ProSavana na ordem de 12 milhões de dólares americanos. Este montante junta-se aos outros 13 milhões de dólares já disponibilizados para este fim, totalizando 25 milhões de USD”. Sagakuchi Kota, Director Assistente da JICA para África Austral.

A análise de conteúdo do jornal “*O País*” entre 2012 e 2013 mostra que a temática mais frequente foi “percepções das partes envolvidas”, seguida da temática “terras de cultivo” e “financiamento”, as menos frequentes foram “natureza do programa” e “transferência de tecnologia”. Os temas foram tratados de forma divergente. Por exemplo a temática “percepções das partes envolvidas” que é a menos tratada em 2012, aparece em 2013 como a mais reportada, e nos restantes temas também não houve regularidade. “Terras de cultivo” uma vez em 2012 e quatro vezes em 2013.

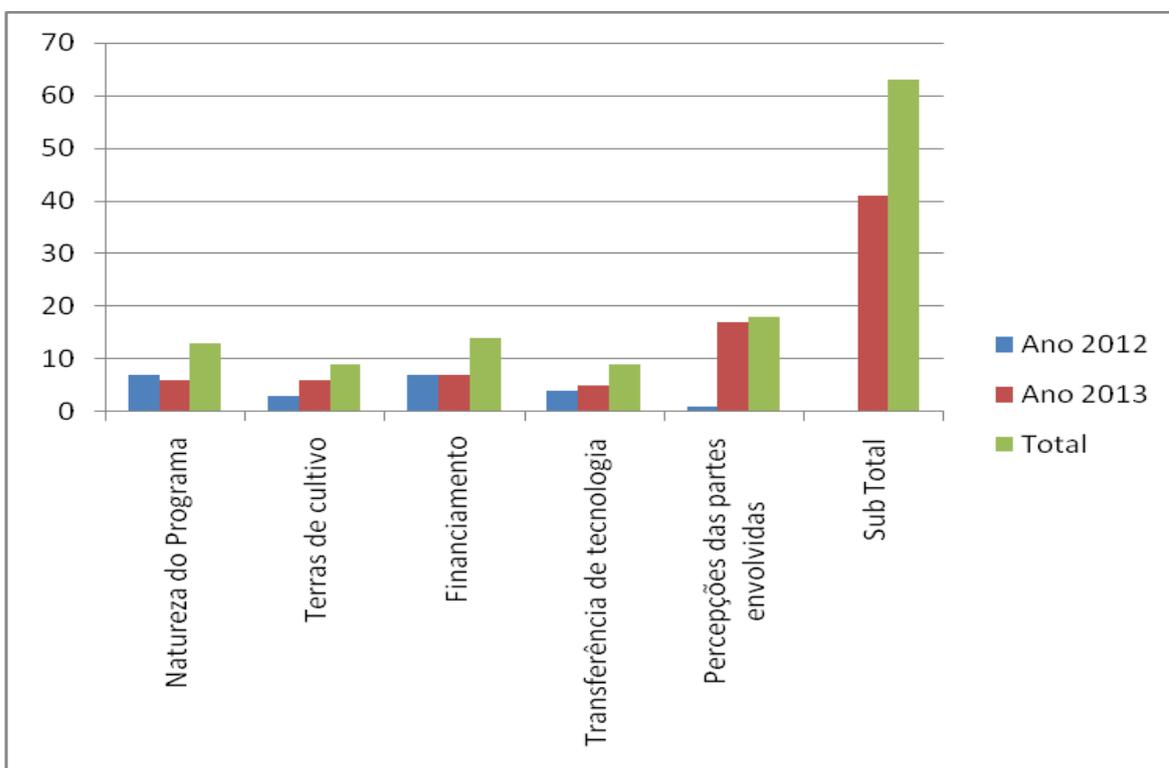
Portanto, apesar de reportar mais os aspectos “negativos” sobre o ProSavana, constatado maioritariamente nas temáticas “terras de cultivo” e “percepções das partes envolvidas”, o jornal “*O País*” tratou também informações que procuravam clarificar e limpar a imagem sobre a implementação deste programa em Moçambique. Este facto foi notado nas temáticas “transferência de tecnologia”; “natureza do programa” e “financiamento”.

2.3 Variação temática em 2012 e 2013

Considerando a quantidade das notícias (46 artigos) escritos pelos jornais “*Notícias*” e “*O País*” nos anos de 2012 e 2013, poderíamos afirmar, num primeiro olhar, que o programa ProSavana teve uma cobertura noticiosa sistemática naqueles órgãos de informação. Porém, a análise de conteúdo feita em termos de variação dos conteúdos temáticos ao longo dos dois anos, indica que os jornais acima citados realizaram uma cobertura fraca, inconsistente e pouco eficaz sobre o ProSavana.

Os gráficos apresentados acima sobre os períodos estudados manifestam uma tendência irregular e negativa de aparição dos temas ao longo do tempo. Um exemplo que demonstra a irregularidade e inconsistência é a temática “percepções das partes envolvidas”. Conforme se pode notar, no jornal “*Notícias*”, a temática não é tratada em 2012, e aparece em 8 ocasiões no ano de 2013: na edição de 15. 04. 13. (“Requer-se mais clareza na execução do ProSAVANA”); no dia 24. 04. 13 (“Nacala: O “corredor da promessa...”); de 28. 06. 13 (“...Camponeses receiam negociar sem DUAT”); de 19. 07. 13 (“Investigadora brasileira rebate críticas ao programa ProSavana”); no dia 01. 10. 13 (“ProSavana tal como é entendido no terreno”); de 16. 10. 13 (“ProSavana é pela inclusão”); do dia 23.11.2013 (“Entendimento sobre ProSavana” e na edição de 24. 04. 13 (“Nacala: O “corredor da promessa...”)).

A mesma temática, é abordada pelo jornal “*O País*” apenas uma vez em 2012, na edição de 27.12.12 (“Pro-Savana não vai confiscar terra dos camponeses”) e 9 vezes em 2013, nas edições de: 10. 04. 13. (“Segundo Director da Agência Brasileira de Cooperação, Há falta de clareza sobre a essência do ProSavana”); de 04.06.13 (“ProSavana não pretende usurpar terra dos agricultores...”); de 18.06.13 (“Delimitação de terra reduz conflitos no Corredor de Nacala”); de 07.06.13 (“Camponeses exigem suspensão imediata do ProSavana”); de 30. 07. 13 (“Defesa dos recursos naturais. Sociedade civil anuncia mobilização contra privatização da terra”), em 30. 07. 13 (“Defesa dos recursos naturais. Sociedade civil anuncia mobilização contra privatização da terra”); 14. 08. 13 (“... *Mitos por trás do ProSavana*” de Natalia Fingermañ); e na edição de 27. 09. 13 (“As faces do ProSavana. Um estudo lançado pela Associação Rural de Ajuda Mútua junta-se às vozes que criticam o ProSavana. Comparando-o ao PRODECER, que se desenvolveu no Brasil, levanta as consequências negativas sobretudo a expropriação das comunidades...”)).



Graáfico 5. Variação das unidades temáticas ao longo do tempo 2012 – 2013, (adaptado pelo autor)

Outra temática que revela a irregularidade e inconsistência com que foram tratados os assuntos sobre o ProSavana é a temática “terras de cultivo” que em 2012 aparece em apenas uma ocasião e, em 2013 surge em 6 vezes distribuídas por 4 no jornal “*O País*” e 2 no jornal “*Notícias*”. Portanto o gráfico 5 indica a variação das restantes temáticas ao longo do tempo. A aparição duma temática num ano com certa intensidade como é caso da “natureza do programa” e a redução noutra, a fraca publicação duma temática num ano e um ligeiro aumento noutra ano como é caso da temática “terras de cultivo”, são ilustrados no referido gráfico demonstrando de facto a irregularidade e inconsistência em quase todas as temáticas.

VII Conclusões

A perspectiva dos valores-notícia refere que quanto mais um acontecimento reunir características e elementos necessários para ser transformado em notícia mais tem a possibilidade de despertar a atenção dos jornalistas e conseqüentemente ser incluído no noticiário (Correia, 1997; Wolf, 2006; Traquina, 2007). Analisando o ProSavana e considerando o debate levantado em vários fóruns (social, político, económico, académico etc.) sobre a sua implementação em Moçambique, identificamos de entre vários valores-notícia a *relevância, o interesse nacional, a quantidade e, conflito ou controvérsia*.

Olhando para o volume de notícias publicadas, pelos jornais “Notícias” e “O País” (46) artigos entre 2012 e 2013, poder-se-ia afirmar num primeiro olhar que, o ProSavana teve uma cobertura sistemática e consistente naqueles órgãos de informação.

Porém, os gráficos apresentados acima (páginas: 43, 44, 48, 54, 61) sobre os períodos estudados manifestam uma tendência irregular e negativa de aparição dos temas ao longo do tempo. O que demonstra uma cobertura fraca e pouco eficaz sobre a implementação do ProSavana.

Partindo da hipótese segundo a qual, por ser um jornal pro-governamental o jornal “Notícias” (Saúte, 1996; Namburete, 2002; Macuane e Baloi, 2002), cobriu somente os aspectos positivos do ProSavana contrariamente ao jornal “O País” o estudo provou o contrário. Pois, no período em análise o jornal “Notícias” procurou transmitir de forma equilibrada a informação sobre a implementação do ProSavana em Moçambique.

Este jornal noticiou os aspectos “positivos” (muita das vezes viagens de dirigentes e altas individualidades no âmbito do ProSavana) que resultaram na angariação de fundos e transferência de tecnologia. Noticiou também pronunciamentos de membros do governo reagindo à críticas sobre a implementação do ProSavana. Um exemplo é a edição de 03.10.13 (“ProSavana como é entendido no terreno...”), o jornal cita:

“Não há problemas, espaço é o que temos demais! Razão porque no meu distrito ninguém rejeita esse projecto. Estou a falar das comunidades e líderes de Majune. Por exemplo em todo o posto administrativo de Nairubi, não haverá nada, é toda uma região desocupada não há nenhum operador de

qualquer espécie, pode muito bem receber qualquer projecto agrícola, seja de que dimensão for”. Lurdes Masseguele, administradora de Majune.

Como também reportou os aspectos “negativos”, as inquietações e reclamações das organizações da sociedade civil representantes dos camponeses e os casos de conflitos de terras registados no “Corredor de Nacala”. Um exemplo pode-se ver na edição 28. 06. 13 (“...Camponeses receiam negociar sem DUAT”):

“A eventual inobservância dos direitos costumeiros de acesso a terra pode ser a razão da inquietação dos camponeses cujas terras estão abrangidas pelo ProSavana (...). Se a terra é do Estado e a maior parte de nós (camponeses) não possuímos qualquer tipo de documento que legitima a posse se não na base de herança, não corremos o perigo de não conseguir negociar ordens de reassentamentos?”. Ana Paula, uma representante dos camponeses em Nampula.

O mesmo aconteceu com o jornal “*O País*”. No período entre 2012 e 2013 transmitiu tanto as informações que criticavam a implementação do ProSavana em Moçambique como mostra a edição de 17. 10. 13 (“ProSavana no centro da discussão: Camponeses traçam estratégias contra expropriação de terra”) em que o jornal cita:

“Vamos deter o ProSavana, porque o que os três governos estão a fazer não serve aos camponeses, promove a mercantilização da terra e do homem (...) a luta camponesa em defesa da terra e agricultura camponesa, que garante a sobrevivência alimentar e alimentação adequada, travada pela UNAC nos últimos cinco anos nunca foi tão actual e imprescindível quanto arriscada para milhões e milhões de moçambicanos”. Vicente Adriano, advogado da UNAC.

Assim como reportou os aspectos positivos sobre a implementação do ProSavana sobretudo a aquisição de fundos por parte do governo e a implementação de novas tecnologias no sector da agricultura moçambicana oriundas do Brasil e do Japão.

Um exemplo é a edição de 11.12.2012 (“Japão financia reabilitação do porto de Nacala e construção de pontes”):

“O embaixador do Japão em Moçambique Eiji Hashimoto, revelou que a reabilitação do porto de Nacala é uma das várias prioridades do governo do Japão no Programa de Desenvolvimento do Corredor de Nacala. Hashimoto destacou a reabilitação de estrada Nampula Cuamba-Mandimba, o projecto agrícola ProSavana e a construção de escolas”.

Portanto, o trabalho mostrou que apesar de o ProSavana possuir os valores-notícia *relevância, interesse nacional, quantidade e, conflito e controvérsia*, foi bastante raro nos meios de comunicação social moçambicanos e, teve uma cobertura não sistemática e pouco eficaz nos jornais seleccionados. A hipótese levantada não é confirmada neste trabalho pois, tanto o “*Notícias*” como “*O País*” transmitiram os aspectos “positivos” e “negativos” sobre a implementação do ProSavana em Moçambique.

Referências

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2010) *A cooperação técnica do Brasil para África*. ABC: Brasília.
- ALMEIDA, L. E. & KRAYCHETE, E., S., (2012) *O discurso brasileiro para Cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada?* Maputo: IESE.
- AMONAR, K. S. *et al.* (2013) South-South Cooperation in Africa: Historical, Geopolitical and Political Economy Dimensions of International Development. *In* Scoones, I., *et al.*, (eds), Institute of Development Studies (IDS) Bulletin: *China and Brazil in African Agriculture*, vol. 44, nº. 4, pp. 20-30.
- BARDIN, L. (1977) *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- BRASILIA MAPUTO, *Moçambique, Aposta Certa para Investir*, Revista da Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Moçambique – CCIABM, nº, 2011, p. 13
- CABRAL, L. *et al.* (2013) Brasil Africa Agriculture Encontros: Drivers, Narratives and Imaginaries of Africa and Development. *In* Scoones, I., *et al.*, (eds), Institute of Development Studies (IDS) Bulletin: *China and Brazil in African Agriculture*, vol. 44, nº. 4, pp. 53-68.
- CAU, H., S. (2011) *A Construção do Estado em Moçambique e as Relações com Brasil*, Tese de Doutorado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CHICHAVA, S. *et al.* (2013) Brazil and China in Mozambique Agriculture: Emerging Insights from the Field. *In* Scoones, I., *et al.*, (eds), Institute of Development Studies (IDS) Bulletin: *China and Brazil in African Agriculture*, vol. 44, nº. 4, pp. 101-115,
- CHICHAVA, S. (2011) As economias Emergentes no sector Agrícola Moçambicano, leituras, implicações e desafios, *in* Brito L., *et al.*, (eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo: IESE, pp. 371- 400.

CHICHAVA, S. e PHOLMANN, J. (2010) Uma Breve Análise da Imprensa Moçambicana. In Brito, L., et al., *Desafios para Moçambique 2010*, Maputo: IESE, pp. 127-138.

CHICHAVA, S. et al., (2013) Discurso e Narrativas sobre o Engajamento Brasileiro e Chinês na Agricultura Moçambicana. In Brito L., et al., (eds), *Desafios para Moçambique 2013*, Maputo: IESE, pp. 335-352.

CLASSEN, F., S. (2013) *Analysis of the Discourse and the Background of the ProSavana programme in Mozambique focusing on the Japan's role*, Tokyo, Tokyo University of Foreign Studies.

CLASSEN, F., S. (2013) *Post-Fukushima Anatomy of Studies on ProSavana: Focusing on Natalia Fingermann's "Myths behind ProSavana"*, Observatório do Meio Rural, nº2.

CLEMENTS, A. ELIZABETH, et al., (2012) *Estrangerização de terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique*.

CORREIA, F. (1997) *Os Jornalistas e as Notícias*, 2ª: Lisboa, Editorial Caminho.

DERVILLE, G. (2005) *Le pouvoir dès médias, mythes et réaliés*, Grenobles : PUG.

DOS SANTOS, J. R. (2001) *Comunicação*, Lisboa.

DÚRAN, J. e CHICHAVA, S. (2013) O Brasil na Agricultura Moçambicana: Parceiro de Desenvolvimento ou Usurpador de Terra? In Brito L., et al., (eds), *Desafios para Moçambique 2013*, Maputo: IESE, pp. 319-334.

EMBRAPA (2009) ABC em Moçambique, Apoio ao Sistema de Inovação ao Sector Agrário, Governo de Moçambique.

JUSTIÇA AMBIENTAL (2012) *Posição da Justiça Ambiental/FOE Moçambique sobre o programa ProSAVANA*, Maputo.

LIMA, F. (1996) A imprensa e a democratização. Em F. Ribeiro e A. Sopa (Eds.), *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*, Maputo: AMOLP

MACUANE, J. J. e BALOI, O., (2002) Os *media*, Paz e Democracia: 10 anos mais tarde. In B. Mazula (eds), *Moçambique 10 anos de Paz*, Maputo: Imprensa Universitária, pp. 157-158.

MESQUITA, M. (2004) *O quanto equivoco – o poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra: Minerva.

MUCCHIELLI, R. (2006). *L'analyse de contenu des documents et des communications*. Paris: ESF éditeur.

NAMBURETE E. (1995) A imprensa no Processo de Democratização de Moçambique. in Mazula, B., (eds) , *Moçambique, Eleições, Democracia e desenvolvimento*, Maputo: Inter-Africa Group, pp. 231-276.

NAMBURETE, E. (2002) Os *media*, Paz e Democracia: 10 anos de mais tarde. In B. Mazula (eds), *Moçambique 10 anos de Paz*, Maputo: Imprensa Universitária.

NOGUEIRA, I. e OLLINAH O. (2013) *From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program*, Geneva: Institute of socioeconomic University.

PEREIRA, Crescêncio B.G. (2011) Media e HIV/SIDA em Moçambique: *O papel do “Diário de Moçambique” no combate à epidemia (2005 e 2009)*, dissertação de mestrado, Universidade de Évora.

PEREIRA, Crescêncio B.G. (2012) A “cor política” da imprensa moçambicana em campanhas eleitorais: o caso dos Semanários Savana e Domingo nas eleições de 1994, 1999, e 2004, Maputo: IESE.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (2008) *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª ed), Lisboa: Gradiva.

SAÚTE, N. O arremedo do Regime: breve análise comparativa de títulos de primeira edição do Diário Moçambique “Notícias”. In F. Ribeiro e A. Sopa (Eds.), *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*, Maputo: AMOLP, pp. 153-169.

SCONNES, I. *et al.* (2013) New Development Encounters: China and Brasil in Africa Agriculture. In Scoones, I., *et al.*, (eds), Institute of Development Studies (IDS) Bulletin: *China and Brazil in African Agriculture*, vol. 44, nº. 4, pp. 1-19

SITOE, E. (2006) *O papel dos media no combate à Pobreza*. Paper apresentado para o seminário sobre o tema “Media e Pobreza”, Maputo: (não publicado)

TRAQUINA, N. (1999). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*, Lisboa: Veja Editora.

TRAQUINA, N. (2007) *O que é jornalismo*: Lisboa, Quimera editora.

UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES – UNAC (2012) *Pronunciamento da UNAC sobre o Programa, ProSAVANA*, Nampula.

VASCONCELOS, L. (1996) Algumas reflexões sobre a imprensa pós-independência. Em F. Ribeiro e A. Sopa (Eds.), *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*, Maputo: AMOLP, pp. 139-143.

WOLF, M. (2006) *Teorias da Comunicação* (5ª ed.), Lisboa: Editorial Presença.

Anexos

ANEXOS A: TÍTULOS DOS ARTIGOS DOS JORNAIS “NOTÍCIAS” E “O PAÍS”

Diário “**Notícias**” (2012):

1. “NO AMBITO DO PROSAVANA. Governo instala laboratórios de solos”. 01. 12. 12.
2. “PROSAVANA: UNAC e Justiça Ambiental buscam experiências no Japão”. 06. 03. 12.
3. “ProSavana começa a dar passos” 13. 04. 12.
4. “Missão conjunta satisfeita com potencial para sucesso” 21. 04. 12.
5. “DESENVOLVIMENTO PRO-SAVANA: Injectam-se fundos para agronegócio em Nacala”. 08. 09. 12.
6. “Iniciam desembolsos para ProSAVANA”. 17. 09. 12.
7. “INICIATIVA PROSAVANA: Financiadas cinco empresas”. 30. 11. 12.

Diário “**Notícias**” (2013):

1. “PARA FAZER ANDAR O PROSAVANA. Governo em busca de dinheiro no Japão”. 02. 04. 13.
2. “PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA. ProSAVANA recebe mais 12 milhões USD”. 04. 04. 13.
3. “Requer-se mais clareza na execução do ProSAVANA”. 15. 04. 13.
4. “IMPLEMENTAÇÃO NO “CORREDOR DE NACALA”. ProSavana depende de três áreas de acção”. 23. 04. 13.
5. Nacala: O “corredor da promessa”. Investigação agrária introduz novas variedades. 24. 04. 13.
6. “Nacala: o “corredor da promessa”. A intenção não é expropriar a terra, plantações florestais ganham forma”. 25. 04. 13.
7. “Governo busca recursos para dinamizar ProSavana”. 31. 05. 13.
8. “IMPLEMENTAÇÃO DO PROSAVANA. Camponeses receiam negociar sem DUAT’s”. 28. 06. 13.
9. “Investigadora brasileira rebate críticas ao programa ProSavana”. 19. 07. 13.
10. “Sítio na internet divulga PROSAVANA”. 12. 09. 13.
11. “ProSavana apresenta plano-director”. 24. 09. 13.

12. “ProSavana tal como é entendido no terreno”. 01. 10. 13.
13. “ProSavana como é entendido no terreno. A população está a espera!” 03. 10. 2013.
14. “ProSavana é pela inclusão”. 16. 10. 13.
15. “PROSAVANA. Pesquisas de sementes dão resultados positivos”. 29. 10. 13.
16. “Entendimento sobre ProSavana”. 23.11.2013.

Diário “**O País**” (2012)

1. “Garantida a materialização do ProSavana este trimestre”. 13.01.12. (Online)
2. “Empresários de Moçambique, Brasil e Japão reúnem-se em Maputo: para discutir a implementação do ProSavana. 17.04.12. (Online)
3. “Fundação Gentílio Vargas Lança fundo de Nacala”. 28.06.12. (Online)
4. “Economia continuará a ser dominada pelos mega-projectos”. 16. 08. 12.
5. “Japão financia reabilitação do porto de Nacala e construção de pontes”. 11. 12. 12.
6. “Pro-Savana não vai confiscar terra dos camponeses”. 27.12.12.

Diário “**O País**” (2013)

1. “Moçambique e Japão definem o ProSavana”. 01. 04. 13.
2. Dez milhões de hectares de terra vão ser aproveitados. Japão financia 111 milhões de dólares para a agricultura. 02. 04. 13.
3. “Nipónicos disponíveis para continuar a apoiar Moçambique”. 03.04.13. (Online)
4. “Plano director vai definir estrutura orçamental”. 04.04.13. (Online)
5. “Segundo Director da Agência Brasileira de Cooperação, Há falta de clareza sobre a essência do ProSavana”. 10. 04. 13.
6. “ProSavana não pretende usurpar terra dos agricultores, diz IESE”. 04.06.13. (Online)
7. “Delimitação de terra reduz conflitos no Corredor de Nacala”. 18.06.13. (Online)
8. “Camponeses exigem suspensão imediata do ProSavana”. 07.06.13. (Online)
9. “Dados sobre o ProSavana analisados em Brasília”. 15.07.13. (Online)
10. “Defesa dos recursos naturais. Sociedade civil anuncia mobilização contra privatização da terra”. 30. 07. 13.
11. Fukushima, ProSavana e Ruth First: Análise de “*Mitos por trás do ProSavana*” de Natalia Fingeremann. 14. 08. 13.

12. “Os mitos por trás do ProSavana”. *Segundo mito, O ProSavana irá usurpar os pequenos agricultores de Moçambique*. 21. 08. 13.
13. “Estudo da ORAM alerta para efeitos desastrosos do ProSavana”. 25.09.13. (Online)
14. As faces do ProSavana. Um estudo lançado pela Associação Rural de Ajuda Mútua junta-se às vozes que criticam o ProSavana. Comparando-o ao PRODECER, que se desenvolveu no Brasil, levanta as consequências negativas sobretudo a expropriação das comunidades. Ainda assim, há quem veja o ProSavana como solução para agricultura. 27. 09. 13.
15. “A implementar no Corredor de Nacala: Governo faz nova apresentação do ProSavana, Camponeses insatisfeitos com políticas agrárias do Governo”. 16. 10. 13.
16. “ProSavana no centro da discussão: Camponeses traçam estratégias contra expropriação de terra”. 17. 10. 13.